

FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017

*Pedra
& Cal*

Conservação & Reabilitação

OPINIÃO

Os desafios das ONG do
Património e como superá-los

Lisboa, capital
europeia da demolição. O que fazer?

PATRIMÓNIO EM PERIGO

As Quatro Estações do Ano
Uma Instalação de Ferreira da Silva nas
Caldas da Rainha

Na Salvaguarda do Nosso Património

Para além do seu valor histórico e simbólico, um edifício é um conjunto de materiais sabiamente interligados.

Paredes de alvenaria de pedra, gaiolas ou tabiques são exemplos de técnicas complexas, praticamente esquecidas com a construção nova e materiais associados.

É obrigação de todos zelar para que os edifícios que integram o nosso Património continuem a sua vida útil e intervir de modo a manter-lhes a dignidade. Reabilitá-los é preservar a transmissão de valor.

A **AOF** é uma empresa com mais de 50 anos de existência, sempre ligada à salvaguarda do Património. Soube adaptar-se às novas maneiras de entender a intervenção, apostando fortemente na formação dos seus colaboradores.

A **AOF** possui um grupo técnico alargado e altamente especializado na área de conservação e restauro.

Parque da Boavista
Avenida do Cávado nº160
4700-690 Braga
Tel. +351 253 263 614
www.AOF.pt

Local / Porto / Ordem dos Arquitectos - Secção Regional Norte
Fotografia - Rui Pereira



20. OPINIÃO
O Património Privado
e a Identidade Cultural.
Problemas e Soluções



30. OPINIÃO
Lisboa, capital
europeia da demolição.
O que fazer?



38. PATRIMÓNIO EM PERIGO
Palácio de Valflores,
ca(u)sa nossa! Salvaguarda
e valorização do Palácio
e Quinta de Valflores



50. ONG DO PATRIMÓNIO
A Educação para o Património
como aprendizagem ao longo da
vida. A experiência da Fundação
das Casas de Fronteira e Alorna

04 EDITORIAL
Vitor Córias

06 REPORTAGEM
Fórum do Património 2017
Unir as ONG em defesa de nossa
herança comum

12 FÓRUM DO PATRIMÓNIO
Unir as ONG em defesa
da nossa Herança Comum
Declaração final do Fórum do Património 2017

14 OPINIÃO
Os desafios das ONG do
Património e como superá-los

17 O Património e o
Setor da Construção
Teoria e Prática

20 O Património Privado
e a Identidade Cultural
Problemas e Soluções

22 Políticas públicas para a salvaguarda e
conservação do Património Industrial
Omissão ou desconsideração?

30 Lisboa, capital europeia da demolição
O que fazer?

34 ONG DO PATRIMÓNIO
Arquitectura em Terra
O trabalho desenvolvido pela Associação
Centro da Terra

38 PATRIMÓNIO EM PERIGO
Palácio de Valflores, ca(u)sa nossa!
Salvaguarda e valorização do Palácio
e Quinta de Valflores
(Santa Iria de Azóia, Loures)

41 ONG DO PATRIMÓNIO
Fazer da defesa do património
uma causa partilhada

42 A INTBAU
Portugal
Uma força global para a defesa dos valores
tradicionais na Arquitetura e na Construção

44 ONG DO PATRIMÓNIO
Associação de Estudo e Defesa do
Património Histórico Cultural de Santarém
A caminho de 40 anos de atividade

46 PATRIMÓNIO EM PERIGO
As Quatro Estações do Ano
Uma Instalação de Ferreira da Silva nas
Caldas da Rainha

50 ONG DO PATRIMÓNIO
A Educação para o Património como
aprendizagem ao longo da vida
A experiência da Fundação das Casas
de Fronteira e Alorna

53 AGENDA

54 NOTÍCIAS

55 VIDA ASSOCIATIVA

56 Empresas associadas do
GECORPA - Grémio do Património

Ficha técnica

Pedra & Cal

Conservação e Reabilitação

Nº 62 | 1.º Semestre
Janeiro > Junho 2017

Pedra & Cal, Conservação e Reabilitação é
reconhecida pelo Ministério da Cultura como
publicação de manifesto interesse cultural, ao
abrigo da Lei do Mecenato.

EDITOR E PROPRIETÁRIO | GECORPA – Grémio
do Património



DIRETOR | Vítor Córias

COORDENAÇÃO | Joana Morão - Canto Redondo

PAGINAÇÃO | Joana Torgal - Canto Redondo

REDAÇÃO | Regis Barbosa, Indira Leão - Canto
Redondo

CONSELHO EDITORIAL | Alexandra de Carvalho
Antunes, André Teixeira, Catarina Valença
Gonçalves, Fátima Fonseca, João Appleton, João
Mascarenhas Mateus, Jorge Correia, José Aguiar,
José Maria Amador, Luiz Oosterbeek, Maria Eunice
Salavessa, Mário Mendonça de Oliveira, Paulo
Lourenço, Soraya Genin, Teresa de Campos Coelho

COLABORADORES | Alexandre Gamelas, Ana
Lopes, Ana Maria Perdigão Antunes, Eduardo
Tavares, Florbela Estêvão, Hugo O'Neill, Isabel Xavier,
Jorge Custódio, José Baganha, Paulo Ferrero, Rosa
Fernando, Sofia Costa Macedo, Soraya Genin, Vanda
Anastácio, Vítor Córias

PUBLICIDADE
Canto Redondo
www.cantoredondo.eu
geral@cantoredondo.eu
Tel.: +351 961 563 470

GECORPA - Grémio do Património

SEDE DE REDAÇÃO
GECORPA - Grémio do Património
Avenida Conde Valbom, 115 - 1 Esq.º
1050-067 Lisboa
Tel.: +351 213 542 336
www.gecorpa.pt
info@gecorpa.pt

DEPÓSITO LEGAL 128444/00

REGISTO NA ERC 122549

ISSN 1645-4863

NIPC 503980820

Publicação Semestral

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade
dos seus autores, pelo que as opiniões expressas
podem não coincidir com as do GECORPA.

CAPA: "As Quatro Estações do Ano". Obra artística
de finais do século XX, de Ferreira da Silva, que
se situa junto da mata de onde provêm as águas
termais, razão de ser da própria cidade das Caldas
da Rainha. Para mais informações sobre esta obra,
leia o artigo de Isabel Xavier nesta edição.
© João Martins Pereira



O associativismo do Património em ação

Vítor Cóias | Diretor da Pedra & Cal

N

um texto patente no sítio web do Fórum do Património 2017, a arqueóloga Sofia Macedo descreve a trajetória que o movimento associativo da área do Património Cultural tem vindo a traçar desde fins do século XIX até aos anos 90 do século XX. No início da década de 80 as Associações de Defesa do Património (ADP) denotavam grande vitalidade, com a realização dos encontros nacionais de Santarém em 1980, de Braga em 1981, de Torres Vedras em 1982 e de Setúbal em 1986. Um ponto alto desse período foi o reconhecimento, plasmado na Lei n.º 13/85, de 6 de julho, do papel das ADP como parceiros legítimos nos processos decisórios com alcance sobre o património cultural, reconhecimento que é reiterado na Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro, Lei de Bases do Património Cultural, atualmente em vigor.

Durante os anos 90 a ênfase do movimento associativo nacional deslocou-se para a área do Ambiente, retirando protagonismo às ADP. Procurando conjugar Património Cultural e Património Natural, o GECORPA, a primeira associação portuguesa de profissionais e empresas vocacionadas para a reabilitação do edificado e a conservação do património imóvel, promoveu duas iniciativas em parceria com associações ambientalistas. A primeira, em colaboração com o GEOTA, teve lugar no Convento da Arrábida em 2000, e a segunda, em colaboração com a Quercus, realizou-se na Gulbenkian, já em 2010.

A partir de 2010, a crise financeira instalada em Portugal agravou as dificuldades que vinham afetando as ADP desde os anos 90, quer em termos de aderentes, quer em termos de influência junto dos órgãos da tutela. Da crise resultou também uma redução substancial do investimento do Estado na conservação do Património, em particular na sua vertente construída, e a subsequente abertura a estratégias menos convencionais de mobilização de recursos financeiros, nomeadamente junto de investidores privados ligados ao negócio imobiliário e ao turismo.

Face à influência crescente sobre as políticas públicas dos grupos de interesse organizados que representam aqueles setores da economia, tornou-se indispensável juntar novamente as ADP em torno de objetivos comuns, envolvendo, desta vez, outras organizações congéneres não estruturadas como associações, e pugnar em conjunto pela salvaguarda do património cultural, enquanto referência identitária e de memória coletiva.

Foi neste contexto que surgiu a iniciativa “Fórum do Património 2017”, promovida por cinco associações: a APAI (Arqueologia Industrial), a APAC (Castelos), a APCA (Casas Antigas), a APRUPP (Reabilitação Urbana e Proteção do Património) e o GECORPA – Grémio do Património, que tem vindo a coordenar os trabalhos da Comissão Organizadora constituída

para o efeito. Ao apoio concedido, desde o início, pela Comissão Portuguesa do ICOMOS, juntou-se, a seguir, o da Europa Nostra e o do Centro Nacional de Cultura.

As 34 ONG do Património presentes na sessão de encerramento do encontro de 10 de abril na Sociedade de Geografia de Lisboa subscreveram, sob a forma de Declaração Final, um compromisso de ação em três áreas fundamentais: as próprias ONG, a Legislação, e o Estudo, ensino e formação.

O presente número da *Pedra & Cal* propõe-se dar conta do que foi o encontro de 10 de abril e sinalizar os objetivos coletivamente assumidos, sendo, agora, necessário não perdê-los de vista.

Neste número assinala-se também um evento relevante da vida do GECORPA e desta revista: a tomada de posse duma nova direção, presidida pelo Prof. Vasco Freitas, em representação da sua empresa de consultoria. A pedido da nova liderança do Grémio, a quem agradeço a confiança demonstrada, continuarei a ocupar, durante algum tempo mais, o posto de Diretor da P&C. ■



GECORPA GRÉMIO DO PATRIMÓNIO

Instituição de utilidade pública

(despacho n.º 14926/2014 do D.R. 238/2014, 2.ª Série, de 2014-12-10)

Dez bons motivos para se tornar associado empresarial do GECORPA

1 – Experiência

Os associados têm a oportunidade de contactar com outras empresas e profissionais do segmento da reabilitação, e trocar experiências e conhecimentos úteis. O Grémio constitui, por essa razão, um fórum para discussão dos problemas do setor.

2 – Representatividade

O GECORPA – Grémio do Património garante uma maior eficácia na defesa dos interesses comuns e uma maior capacidade de diálogo nas relações com as entidades oficiais para melhor defesa da especificidade do setor.

3 – Concorrência Leal

O Grémio do Património bate-se pela sã concorrência entre os agentes que operam no mercado, defendendo a transparência, o preço justo e a não discriminação.

4 – Referência

Muitos donos de obra procuram junto do Grémio os seus fornecedores de serviços e produtos. Pertencer ao GECORPA – Grémio do Património constitui, desde logo, uma boa referência.

5 – Formação

Os sócios têm prioridade na participação e descontos na inscrição das ações de formação e divulgação promovidas pelo Grémio do Património.

6 – Informação

O GECORPA – Grémio do Património procede à recolha e divulgação de informação técnica sobre o tema da reabilitação, conservação e restauro do edificado e do Património.

7 – Gestão da Qualidade

O Grémio do Património proporciona apoio à implementação de sistemas de gestão da qualidade e à certificação, oferecendo aos sócios condições vantajosas.

8 – Publicações

Agora em formato digital e de distribuição gratuita, a *Pedra & Cal* é uma revista semestral editada pelo GECORPA há 18 anos, que tem como missão divulgar as boas práticas neste setor e evidenciar a necessidade de qualificação das empresas e profissionais.

9 – Publicidade e Marketing

O GECORPA – Grémio do Património distingue as empresas associadas em todas as suas atividades. Os sócios beneficiam de condições vantajosas na publicidade da *Pedra & Cal* e no *Anuário do Património*, onde podem publicar notícias, estudos de caso e experiências da sua atividade.

10 – Presença na Internet

O sítio web da associação constitui um prestígio do centro de informação das atividades, soluções e serviços de cada associado na área da conservação e da reabilitação do património construído.

***Ajude a defender o Património do País:
as futuras gerações agradecem!
Pela salvaguarda do nosso Património: Adira ao GECORPA!***

Fórum do Património 2017

Unir as ONG em defesa de nossa herança comum

Regis Barbosa | Pedra & Cal | pedraecal@cantoredondo.eu

Decorreu no dia 10 de abril, na Sociedade de Geografia de Lisboa, o Fórum do Património 2017. Organizado por associações e para associações, com especial ênfase no Património Cultural Construído, esta iniciativa reuniu cerca de 120 pessoas de diversas ONG portuguesas e internacionais, e contou com a presença do Ministro da Cultura, Luís Filipe de Castro Mendes.



A ideia por trás do Fórum é criar um espaço de debate e convergência, que permita uma ação concertada em prol do Património. Houve uma grande adesão de organizações, que discutiram questões diversas, organizadas em quatro painéis: “Património e Identidade”, “Os desafios das ONG do Património e como superá-los”, “O Património e o setor da construção e do imobiliário” e “As ONG e a defesa do Património, público e privado”. Além disto, foi elaborada uma declaração final, fruto dos debates que ali ocorreram.

Na abertura dos trabalhos foram ouvidas as palavras de Luís Aires Barros, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, que deu as boas vindas aos participantes. Depois falaram Maria Ramalho, presidente da Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS, Sneška Mihailovic, Secretária-Geral da Europa Nostra e Vítor Córias, presidente do GECORPA.

O Património e a aproximação do Estado e dos cidadãos

Em seguida, o ministro da Cultura interveio. Aproveitando o tema levantado pouco antes por Sneška Mihailovic, referiu que a propósito do Ano Europeu do Património Cultural, a ser celebrado em 2018, Portugal já conta com uma comissão para desenvolver os trabalhos. Esta comissão será presidida por Guilherme

de Oliveira Martins e procura estruturar e promover ações que visem alertar as populações para a salvaguarda do Património, lançando o desafio de refletirmos sobre novos modelos de governança de monumentos, sítios, conjuntos urbanos e até mesmo instituições.

O ministro recordou, ainda, os primórdios das associações ligadas ao Património, desde o século XIX, perpassando o século XX, com especial destaque para o momento de viragem e efervescência do movimento associativo, o pós-25 de abril. Também ressaltou a importância dos diferentes institutos públicos que seguidamente tutelaram o Património, desde o IPPC até à atual DGPC, que proporcionaram uma coordenação única na gestão e salvaguarda do património.

No que concerne as políticas públicas para o setor do Património Cultural, o ministro expôs o compromisso do governo com a descentralização, que visa proporcionar uma maior proximidade entre o Estado e o cidadão. Deu a conhecer a aposta na criação de redes integradas, de valorização urbana e do território, com a articulação de componentes tanto ambientais como humanas. Neste sentido, a conservação, a valorização, a reabilitação e a divulgação do Património surgem incluídas com a dimensão territorial. São exemplos a Rota das Catedrais, a Rede de Mosteiros e os projetos na zona raiana.

Além disto, foi referido o programa Revive, que tenciona a reabilitação e valorização do Património edificado, concretamente aquele que está devoluto ou em mau estado de conservação. Este programa conta com a ação da DGPC, que tem responsabilidade na elaboração dos cadernos de encargo, das especificações técnicas e na aprovação final. No que respeita a melhoria da própria DGPC, foi apresentada uma candidatura ao SAMA – Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública. Neste caso o foco é a modernização dos sistemas informáticos, tanto no âmbito dos licenciamentos, como no que diz respeito à classificação do Património e à circulação de obras de arte. O objetivo é proporcionar um contacto mais eficiente entre os cidadãos e o Estado.

Por fim, Luís Filipe Mendes deixou um apelo às associações presentes para ajudar a encontrar soluções que corrijam assimetrias e potenciem a eficiência na defesa do Património.

Território, Património e Identidade

Após a sessão de abertura, foi introduzido o primeiro tema, “Património e Identidade”, que contou com comunicações proferidas por Maria Calado (Centro Nacional de Cultura), Ana Antunes (Associação Centro da Terra) e José Baganha (INTBAU Portugal); a moderação coube a João Guedes da APRUPP.



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017
Abertura e Intervenção
do Ministro da Cultura



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017
Intervenção de Maria Calado
(Faculdade de Arquitetura - UTL)



1

A oradora principal foi Maria Calado, professora associada da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa e atualmente presidente da direção do Centro Nacional de Cultura. A sua intervenção focou-se no Património Cultural Construído sem, no entanto, esquecer da importância e das articulações entre este e o Património Cultural Imaterial. Neste sentido frisou a enorme importância da língua, enquanto Património Imaterial e elemento identitário. Organizou o discurso a partir de quatro eixos: a herança cultural e o reflexo sobre a problemática identitária; o Património Cultural Construído e as questões de salvaguarda e valorização; Património e Território; e Património, Conhecimento e cidadania multicultural.

Maria Calado recorreu a pensadores de diferentes nacionalidades e áreas do saber para refletir sobre a memória. Esta não só se contrapõe à morte, isto é, ao esquecimento, como também guarda elementos exteriores a nós mesmos, elementos que guardam muitas vezes uma dimensão identitária. Outra característica da memória é a sua permanente reconstrução, que se conjuga com o processo de acumulação e sobreposição que está na sua origem.

Maria Calado refere o triângulo Memória, História e Identidade, no qual a memória tem um papel de vértice principal. Já a História guarda um duplo sentido, por um lado enquanto processo temporal, por outro enquanto área

disciplinar. Memória e história articulam-se, e é ao longo do tempo que vemos mudanças de significado e reconhecimento, o que resulta em reinterpretações. Ressaltou-se também a ideia de herança, caracterizada pelo bom uso, melhoramento e transmissão. Um bem patrimonial tem, portanto, valores múltiplos, uns objetivos, relacionados a características intrínsecas, e outros projetados, que grupos ou indivíduos reconhecem e projetam. O valor da memória mais uma vez salta aos olhos.

Aprofundando a questão do Património Cultural Construído e a sua salvaguarda, é reconhecida uma dicotomia entre as rápidas transformações do mundo contemporâneo e a manutenção da coerência do património. Aliás, a salvaguarda do Património Cultural Construído também é fundamental para a sobrevivência do Património Imaterial. O material e o imaterial estão unidos, e mesmo as lendas necessitam de um espaço. Ainda no sentido da salvaguarda, a ação da UNESCO, do Conselho Europeu e da União Europeia é fundamental não só pela criação de categorias nas quais se enquadra o Património, como também pela elaboração de recomendações. No âmbito destas últimas, a Convenção de Faro reforça a importância da apropriação e do uso do Património. O uso guarda uma enorme importância, mesmo que se saiba que nem todo o uso é adequado.

A relação entre Património e Território não se esgota na existência de um dado bem cultural

1 | *Sessão de abertura.*

e da sua área de proteção, o próprio território é um recurso cultural e social. Trata-se de um ativo estratégico que se articula com as comunidades e a sua memória coletiva. Exemplo disso é a paisagem urbana histórica, fruto de acumulações e sedimentações, congregando traços de diferentes épocas e contextos. No território cultural se relacionam a dimensão física e a dimensão cultural, impelindo a pensar no ordenamento cultural do território. Tal ordenamento é um instrumento para articular setores de velocidades muito diferentes, como são o Património e o Turismo.

Maria Calado expôs ainda alguns aspetos do tema “Património, conhecimento e cidadania multicultural”. As noções de direito do Património e direito ao Património permitem antever diferentes dimensões da problemática. Enquanto o primeiro seria antes o dever que os cidadãos têm para com o património, isto é, salvaguardá-lo, valorizá-lo e preservá-lo; o segundo remete ao direito que os cidadãos têm ao acesso, conhecimento e uso correto do Património. Há, assim, uma necessidade de conjugar de maneira equilibrada os dois. Assegurados estes aspetos, o Património pode guardar características interculturais, já que pode ter significados diferentes para grupos diferentes, de que é exemplo a relação entre certos monumentos e diversas comunidades religiosas.



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017
Intervenção de João Caninas
(Associação de Estudos
do Alto Tejo)



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017
Intervenção de Sandro Mendonça
(ISCTE Business School)

Por fim, foi sugerida uma maior promoção da investigação e da formação em Património. Igualmente a comunicação do Património também é um campo que necessita de maior fomento, dado que é fundamental para a acessibilidade e inteligibilidade de variados grupos com o bem patrimonial. No caminho para uma sociedade do conhecimento, cultura e educação devem ter uma maior articulação possível através de políticas públicas.

Experiências e desafios para as ONG do Património

No seguimento realizou-se o debate do segundo tema “Os desafios das ONG do Património e como superá-los”, que contou com a moderação de Sofia Macedo (APAI) e com as intervenções de Paulo Ferrero (Fórum Cidadania Lx), Dulce Patarra (Associação de Defesa do Património de Coruche), Vanda Anastácio (Fundação das Casas de Fronteira e Alorna) e Eduardo de Oliveira Tavares (AEDPHCS – Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém). O orador principal foi João Caninas, arqueólogo e membro da Associação de Estudos do Alto Tejo.

João Caninas fez diversos paralelos entre as associações de ambiente e Património, traçando linhas comuns entre ambas. De início procurou desconstruir a ideia de que o setor associativo ligado ao Património sofre de certa apatia. Aliás, remeteu esta ideia errónea a uma escassez de informação sobre as ações feitas pelas ONG, o que é devido ao facto de muitas das informações disponíveis saírem apenas ocasionalmente na comunicação social. No entanto, muito se fez e se faz, exemplo disto é a própria Associação de Estudos do Alto Tejo, que, entre outras coisas, organizou o processo de classificação do monumento natural das Portas de Ródão.

Antes de tratar dos desafios às ONG do Património, que podem ser vistos como problemas, mas que são igualmente oportunidades, expôs uma reflexão sobre o passado do movimento associativo. Nos últimos 40 anos vive-se um

tempo de muita liberdade de iniciativa, o que proporciona um ambiente favorável ao associativismo. Igualmente existem bons meios para resolver os desafios, concretamente meios de informação, competência técnica e meios de imaginação. Com a Revolução de Abril, aconteceu um crescimento extraordinário do associativismo, houve uma diversificação de atividades, seja no âmbito nacional, temático, regional ou local. Não obstante, outros dois momentos contribuíram para motivar as pessoas na constituição de associações. O primeiro destes momentos foi a “Campanha Nacional para a Defesa do Património”, que ocorreu em 1980, já o segundo foi o Ano Europeu do Ambiente, em 1987. Neste sentido, a notícia de que 2018 será o Ano Europeu do Património Cultural é bastante positiva. Apesar disto tudo, não se tem conseguido uma participação maior nas ONG do Património por parte dos cidadãos em geral.

Uma das fragilidades notadas por João Caninas é a ausência de um movimento reivindicativo em termos políticos, como o que existe sobre o ambiente. Por outro lado, foi benéfico que a agenda das políticas e práticas que as ONG do Património defendiam tenha sido capturada pela sociedade, pelo Estado e por outros agentes económicos e sociais. Assim, vale a pena refletir sobre quais são os nichos em que as associações podem compensar as insuficiências institucionais tanto do setor público quanto do privado. Um exemplo seria a adoção de uma fiscalidade patrimonial, à semelhança do que ocorre com o ambiente. Tendo ainda em conta um paralelo com as ONG de ambiente, é notável que lhes foi conferido um grande poder de intervenção na discussão pública, o que ocorreu em grande medida com a entrada na União Europeia. É extraordinária a quantidade de conselhos a nível do Estado central e autárquico em que as associações de ambiente têm voz, o mesmo deveria acontecer com o Património.

Por isto, o desafio é convergir, criar uma cúpula eficaz, talvez uma federação de associações que avance com uma estratégia clara no âmbito da discussão pública nacional. Outro desafio é conseguir junto ao Governo e ao Ministro da Cultura uma maior representação das ONG, nomeadamente no Conselho Nacional de Cultura. Não obstante, João Caninas defendeu a criação de um fórum online e de livre acesso que permitisse uma troca de informações sobre atividades, experiências e opiniões entre as ONG.



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017
Intervenção de Vítor Cóias I
(GECORPA - Grémio do Património)



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017
Intervenção de Vítor Cóias II
(GECORPA - Grémio do Património)

Centros históricos e mercado imobiliário

A terceira sessão, intitulada “O Património e o setor imobiliário”, contou com a moderação de Vítor Cóias (GECORPA)¹, e com as intervenções de Florbela Estevão (ADA Loures – Linha de Defesa), José Sardinha (APRUPP, APCA e GECORPA) e Soraya Genin (ICOMOS – Portugal). O orador principal foi Sandro Mendonça, professor do ISCTE Business School. De início identificou dois cenários no que concerne às atuais dinâmicas da economia urbana, nomeadamente em Lisboa e no Porto. O primeiro deles, caracterizado pelo orador como negativo, é o desenvolvimento da chamada economia de *Resort*. O segundo cenário, de cariz mais positivo, é o da reindustrialização suave.

A economia de *Resort* avança sobre os centros históricos, nomeadamente a Baixa de Lisboa, reduzindo a área a um parque temático. A origem deste processo remonta ao atual ciclo recessivo, ainda não superado por completo. Neste sentido, o resultado da crise foi o setor financeiro ter perdido credibilidade, mormente a banca. Isto levou a que indivíduos ou grupos detentores de capital tivessem receio de aplicar os seus ativos em contas bancárias, voltando as suas atenções para outras soluções. Por outro lado, a indústria da construção civil, bastante sensível a contextos recessivos, canalizou-se para a reabilitação. E chegou com força. Assim, surgiu um novo lobby, difuso e descentralizado, que tem a possibilidade de aplicar os seus ativos na compra de edifícios e apartamentos para fins de uma nova indústria de hotelaria. Em suma, a perda de credibilidade da banca impeliu a um ganho do imobiliário, que para além de manter o seu carácter de refúgio de capitais, também se constitui como uma oportunidade positiva.

Igualmente, o setor do turismo foi aumentando o seu dinamismo, de que é exemplo o surgimento de novos modelos de negócios como os *hostels*. No entanto, a montante esteve um investimento das Câmaras Municipais na produção de bens públicos locais, de que



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017
Intervenção de Sneška Mihailovic
(Europa Nostra)

são exemplos os melhoramentos em jardins públicos. Tais ações geraram novas atratividades, que passaram a ser visadas graças à experiência que proporcionam aos visitantes. Não obstante, o investimento neste tipo de bens públicos pode implicar a degradação de bens públicos funcionais, um exemplo é a piora dos transportes públicos, devido ao fluxo massivo de turistas. Também não são despendidos os baixos salários que os trabalhadores afetos ao turismo têm recebido. O que se nota é uma má distribuição de ganhos oriundos de um investimento público, por um lado as populações residentes não conseguem nenhum benefício, por outro os trabalhadores que operam no setor permanecem fora da repartição dos referidos ganhos. As características negativas da atual vaga de turismo também estão relacionadas com o facto de que cerca de um terço dos visitantes passam apenas uma noite no mesmo local, mais de 50% resumem a sua estadia a duas noites. É a chamada *flashpeople*, que gera turbulência nos locais de visita e estadia.

De modo propositivo, Sandro Mendonça vê a necessidade de uma maior regulação no setor do imobiliário, através da criação de uma espécie de CMVM do imobiliário. Outra necessidade é a do surgimento de uma nova geração de indicadores de stress social e humano nas cidades.

Já o segundo cenário, a reindustrialização suave urbana, é uma oportunidade para devolver vida económica a populações que vivem em áreas com estagnação. A criação de quarteirões culturais, recuperando antigas fábricas, coaduna-se com certas tendências atuais. Nestes espaços poderiam emergir lojas com fabrico próprio e atividades ligadas à fabricação digital.

Sandro Mendonça conclui com a ideia de que estamos num momento de encruzilhada. Apesar da economia de *Resort* ter avançado bastante, é necessária uma readaptação dos instrumentos coletivos e públicos, de modo a devolvermos dignidade pelo trabalho aos centros.



O Património e a participação da sociedade civil

A última sessão foi subordinada ao tema “As ONG e a defesa do Património público e privado”, e contou com a moderação de Hugo O'Neill (Associação Portuguesa das Casas Antigas) e com a participação de Isabel Xavier (Associação Património Histórico – Caldas da Rainha), Nuno Martins (Palombar) e Carla Marina Santos (Associação Barreiro – Património e Memória). A oradora principal foi Sneška Mihailovic, Secretária-Geral da Europa Nostra.

Sneška Mihailovic começou com uma apresentação da filosofia da Europa Nostra. No cerne desta organização está a ideia de que a Europa é a nossa casa, e de que também é a nossa causa, que temos de defender. Neste sentido teve

2 | Isabel Xavier, da Associação Património Histórico – Caldas da Rainha.

3 | Uma das oradoras da última sessão do Fórum, Sneška Mihailovic.

elogios à iniciativa do Fórum do Património, sublinhando a ideia de que é o tempo certo para ações deste tipo, já que 2018 será o Ano Europeu do Património Cultural. O sucesso de 2018 dependerá sobretudo da ação da sociedade civil, das comunidades e dos cidadãos, mais do que dos governos e instituições estatais. A decisão da Comissão Europeia em dedicar o próximo ano ao Património Cultural era desacreditada por muitos, e foi um firme trabalho que permitiu esta vitória. Além do mais, houve a visão de que deveríamos usar o nosso Património e a nossa história comum no sentido de unir a Europa, sobretudo em tempos nos quais mensagens de divisão e desunião têm surgido.

A Europa Nostra tem 53 anos e foi fundada em Paris em 1963. A sua sede é em Bruxelas e o seu presidente é o músico Plácido Domingo. Na verdade, é uma voz da sociedade civil que procura defender o Património Cultural. Também é uma rede que congrega 966 membros, entre indivíduos e ONG, algumas delas portuguesas.

Neste ano, a Europa Nostra apresentou o seu relatório às autoridades da União Europeia, onde defendia uma ideia muito para além da importância económica do Património. O Património é complexo, e desempenha um papel chave no campo económico, social e ambiental, pode-se dizer que é um recurso estratégico para o desenvolvimento sustentável.

Outras ações em conjunto têm sido feitas, de que é exemplo a European Heritage Alliance 3.3, que é coordenada pela Europa Nostra e que funciona como uma rede informal de organizações europeias do Património. Aqui há novamente o objetivo de unir estes diferentes atores. O próprio nome da rede remete ao artigo 3.3 do Tratado de Lisboa, que afirma que a missão da União Europeia é preservar o nosso Património Cultural e promover a diversidade cultural.

Dentre as mais famosas iniciativas da Europa Nostra estão os seus prémios, que celebram a excelência e, como reverso da moeda, as suas campanhas em prol do Património em perigo. Os prémios Europa Nostra são bastante reconhecidos, diversos projetos portugueses já foram agraciados com esta honra: recentemente a ação de conservação feita na Torre dos Clérigos, no Porto, e o Mestrado avançado em Análise Estrutural de Monumentos e Construções Históricas (Universidade do Minho) ganharam o prémio. Neste ano a Europa Nostra decidiu criar um novo prémio de escolha pública, podendo qualquer pessoa votar. A ideia é mostrar que a voz de todos importa. Os vencedores serão anunciados no Congresso da Europa Nostra que decorrerá na Finlândia.

Também é missão desta organização sensibilizar para o Património em Perigo. Este perigo pode ter diferentes formas, um deles pode ser o turismo não sustentável, sendo exemplo o impacto deixado por enormes cruzeiros no Património de Veneza e da Croácia.

A Secretária-Geral deixou uma mensagem ressaltando a importância do empenho da sociedade civil na defesa do Património. Ações que



levem a boas práticas, a um maior conhecimento e profissionalização e ao compromisso de que o Património deve chegar a todos são alguns dos conceitos principais e que a Europa Nostra defende com convicção. ■

NOTA

1. A apresentação de Vítor Cóias está disponível para consulta no sítio do GECORPA.

4 | Última sessão do Fórum.

5 | O arquiteto Sérgio Infante na conferência “O arquiteto e a reabilitação do Património Cultural Construído” realizada no dia 11 de julho, no Roca Lisboa Gallery.

6 | Palácio Fronteira, em Lisboa.

Debate e intervenção

Dizer que o Fórum do Património teve lugar no dia 10 de abril de 2017 é apenas referir uma parcela do que foi este encontro entre associações ligadas à defesa do Património Cultural. O Fórum espalhou-se para além da sessão na Sociedade de Geografia de Lisboa. Volvidos cerca de dois meses, foram realizadas outras sessões focadas em temas específicos da defesa do PCC (Património Cultural Construído). Além disto, ações concretas e denúncias de casos específicos foram realizados. O Fórum não só se mantém como um instrumento de debate e intervenção entre as associações, que vão bastante para além das cinco associações fundadoras, como também fomenta a interação entre as diferentes organizações.

O encontro foi preconizado por cinco associações ligadas a diferentes âmbitos dentro do setor do património, são estas a APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, a APAC – Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, a APCA – Associação Portuguesa das Casas Antigas, a APRUUP – Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Proteção do Património, e o GECORPA – Grémio do Património, que desempenha o papel de organização coordenadora. Igualmente, houve o apoio institucional da Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS, da Europa Nostra e do Centro Nacional de Cultura.

O mote “Unir as ONG em defesa da nossa herança comum” sintetiza bem o espírito da iniciativa. A importância do Património Cultural para a identidade das populações e para a memória coletiva é partilhada por diversas associações. O reconhecimento da necessidade de unir estas organizações, nacionais ou locais, é o ponto de partida do fórum, que vê ainda grandes perigos na atual força que setores do mercado imobiliário têm demonstrado, particularmente em obras que decorrem nos centros históricos de todo o país. A convergência é urgente na medida em que uma dinâmica predatória calcada numa reabilitação *fake* ganhou um grande peso no setor da reabilitação. Assim, as associações do Fórum notaram que é preciso uma maior intervenção junto aos diversos atores políticos, de modo a influenciar na criação de políticas públicas que defendam o património cultural construído.

Além da ideia de convergência e intervenção, a dimensão do debate também é reconhecida como fundamental, já que é através da discussão franca e construtiva entre as ONG que será possível coordenar estratégias conjuntas em prol da salvaguarda do património. Neste sentido, a diversidade de associações e organizações enriquece o Fórum, e por isto mesmo outras associações vieram juntar esforços. Assim, o Fórum do Património vai construindo uma alternativa à abordagem economicista e de curto prazo que tem vigorado país a fora.

Outras iniciativas

Além das sessões que tiveram lugar na Sociedade de Geografia, o Fórum do Património permanece ativo, empenhado em dar seguimento às ações apontadas na Declaração Final, ciente que o encontro de 10 de abril não constituiu um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida. Foram levadas a cabo ações concretas em defesa do Património, como é o caso da interposição de uma providência cautelar que visa travar a construção de um edifício novo de grande impacto patrimonial na Praça das Flores, em Lisboa. Igualmente, foi denunciado o projeto do Museu Judaico, no Largo de S. Miguel, em Alfama, que prevê uma construção dissonante do restante conjunto deste bairro histórico de Lisboa.

Por outro lado, o Fórum tem organizado conferências. No dia 15 de março, no âmbito da preparação do encontro de 10 de abril, foi realizado no Centro Nacional de Cultura uma sessão que contou com a presença de deputados dos grupos parlamentares, que debateram os projetos referentes à proposta de descentralização do Estado. Tais propostas também tocam o setor do Património.

Tentando pôr em prática os objetivos traçados na Declaração Final, a Comissão Organizadora do Fórum está a perseguir duas linhas estratégicas: numa primeira, pretende capacitar as ONG do Património espalhadas pelo País no sentido de se oporem ativamente a projetos imobiliários que desvalorizem o Património Cultural Construído, nomeadamente nos centros e bairros históricos. Neste sentido, realizou-se no dia 19 de junho, no Palácio Fronteira, uma



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017
Um museu dissonante em Alfama



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017
A Tutela Jurisdicional do Património Cultural, por José Sardinha



5

6



primeira conferência focando “A tutela jurisdicional na defesa do Património Cultural Construído”, que teve como oradores Maria Ramalho (ICOMOS – Portugal), Paulo Ferrero (Fórum Cidadania Lx) e o advogado José Miguel Sardinha. Os dois primeiros mostraram exemplos de intervenções deletérias levadas a cabo em edifícios de grande valor cultural. O terceiro orador apresentou as disposições da constituição e de vários diplomas legais, que permitem às ONG do Património influenciar as intervenções no Património em fase de projeto, atuando preventivamente, e, se necessário, sustentar intervenções já licenciadas e, até, em execução. Numa segunda linha estratégica, o Fórum pretende demonstrar, sobretudo junto dos arquitetos, que o projeto de intervenções em edifícios e conjuntos patrimoniais exigem uma abordagem muito diferente da do projeto de construções de raiz. Assim, no dia 11 de julho, no Roca Lisboa Gallery, foi realizada a conferência “O arquiteto e a reabilitação do Património Cultural Construído”, que contou com as intervenções de Sónia Felgueiras (Roca Lisboa Gallery), José Borges e Vítor Cóias (Fórum do Património); e teve como orador principal o arquiteto Sérgio Infante.





Unir as ONG em defesa da nossa Herança Comum

Declaração final do Fórum do Património 2017

Considerando que enfrentamos uma época caracterizada pela alteração das formas de viver e habitar, com especial impacto nas zonas urbanas, importa garantir que, nessa viragem, não se percam de vista valores tão essenciais como os da identidade e da memória, pilares da coesão social e da união entre os povos.

Tendo em mente que o Património Cultural Construído encerra em si estes valores, afirmando-se como testemunho civilizacional, importa acautelar que o mesmo possa ser devidamente protegido e valorizado. Este património é visto pelas ONG subscritoras deste documento numa perspetiva alargada, desde as paisagens culturais ao património urbano, património edificado (religioso, militar, senhorial, vernacular e industrial), não perdendo de vista as questões ambientais e os valores intangíveis específicos dos sítios culturais.

Considerando estes princípios, e tendo em vista o horizonte de 2018 em que iremos comemorar o Ano Europeu da Herança Cultural, ocasião que proporciona uma oportunidade única para mobilizar e ligar as Organizações da Sociedade Civil, dedicadas à promoção da herança cultural no espaço europeu, as Organizações Não Governamentais (ONG) presentes no Fórum do Património que decorreu na Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 10 de abril de 2017, comprometem-se a juntar esforços para pôr em prática as seguintes ações:

Sobre as ONG

1. Dar continuidade à necessária articulação das ONG do património conseguida por ocasião do Fórum 2017, de modo a que seja possível implementar uma estratégia comum.
2. Promover estratégias que visem garantir o financiamento sustentável, e sem constrangimentos, das atividades das ONG do património tendo em conta o papel que estas desempenham em prol da defesa de uma herança comum.
3. Prosseguir linhas de atuação que incentivem a coordenação das ONG do património com entidades públicas e privadas relevantes para a defesa da nossa herança comum, de âmbito nacional, europeu ou internacional.

Sobre a Legislação

4. Pugnar para que seja implementado o que se encontra definido no artigo 10.º da Lei de Bases do Património (107/2001, de 8 de setembro), nomeadamente no ponto n.º 1 que consigna a importância do contributo ativo das Associações na gestão do património cultural, ou no artigo n.º 5 sobre a participação das estruturas associativas de defesa do património cultural junto da Administração Pública na conceção de planos e ações que respeitem à proteção e valorização do património cultural.

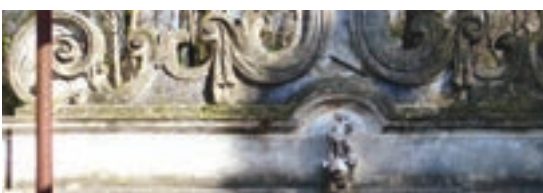
5. Propor e acompanhar junto do Governo e da Assembleia da República medidas legislativas relevantes na área do património.

6. Exigir, junto da Administração Central, Regional e Local, que o ordenamento do território e a gestão do património, particularmente o que se encontra classificado, ou em vias de classificação, bem como das suas respetivas zonas de proteção, sejam reforçados com a adoção clara dos princípios consignados na Lei e nas normas internacionais, sobretudo numa época em que se nota uma crescente pressão sobre as zonas históricas dos núcleos urbanos, evitando-se assim a sua captura pelos interesses particulares e de curto prazo, em detrimento dos coletivos e de futuro.

7. Contribuir para que a salvaguarda do Património Industrial e do Património Rural tenha cada vez mais expressão nas políticas nacionais definidas tanto a nível central, como local, dado que grande parte dos conjuntos, edifícios e objetos da sua cultura material não são devidamente estudados, protegidos ou valorizados, encontrando-se assim em grave risco.

Sobre o Estudo, o Ensino e a Formação

8. Promover o ensino em conservação do património cultural, nomeadamente colaborando com as entidades responsáveis para que os



currículos escolares reforcem a componente da “Educação para o Património”, apoiando, simultaneamente, todas as iniciativas que possam garantir a implementação da mesma.

9. Apoiar e promover o estudo e a formação técnica na área do património construído em todas as suas vertentes (projeto, construção, fiscalização, gestão, etc.), de modo a contribuir para a melhoria da qualificação dos técnicos das entidades públicas, empresas e profissionais em geral, imprescindíveis na elaboração e execução de projetos e obras.

10. Pugnar, perante os Organismos Públicos e Privados, que todos os profissionais e empresas que intervêm no Património sejam devidamente qualificados de forma a garantir a máxima qualidade e a adequação das intervenções e dos usos.

11. Apoiar as entidades públicas e privadas na elaboração dos programas de reabilitação do património cultural construído, contribuindo tanto na definição das metodologias de intervenção mais adequadas, como na identificação de usos compatíveis.

12. Participar nas equipas técnicas que promovam a classificação e a inventariação de bens patrimoniais e culturais, sobretudo daqueles que se encontram mais ameaçados.

Lisboa, 10 de abril de 2017

As Organizações Não Governamentais subscritoras:

A Reserva na Fábrica – Associação para a Criatividade, Mediação Cultural e Empreendedorismo

Associação Barreiro Património, Memória e Futuro

Associação Centro da Terra

Associação Cultural de Azurara da Beira

Associação de Defesa do Ambiente e do Património de Loures

Associação de Defesa do Património Ambiental e Cultural de Santa Iria da Azóia

Associação de Defesa do Património Cultural de Alcácer do Sal

Associação de Defesa do Património Cultural de Monte Redondo

Associação de Defesa do Património de Beja

Associação de Defesa do Património de Coruche

Associação de Defesa do Património de Sintra

Associação de Defesa do Património de Soure

Associação de Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras

Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico e Cultural de Santarém

Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva

Associação de Estudos do Alto Tejo

Associação do Património e da População de Alfama

Associação Mundo Património

Associação Portuguesa da Reabilitação Urbana e da Proteção do Património

Associação Portuguesa das Casas Antigas

Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial

Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos

Associação Portuguesa dos Jardins Históricos

Auranca – Associação do Ambiente e Património da Branca

Centro de Arqueologia de Almada

Centro de Estudos e Cultura, História, Artes e Património

Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar

Fórum Cidadania Lx

Fundação das Casas de Fronteira e Alorna

GECORPA – Grémio do Património

Grupo Pró-Évora

International Council on Monuments and Sites – Comissão Nacional Portuguesa

International Network for Traditional Building Architecture & Urbanism – Portugal

Movimento Cívico da Salvaguarda do Património Ferroviário do Barreiro

Palombar – Associação de Conservação da Natureza e do Património Rural

Património Histórico – Grupo de Estudos

Os desafios das ONG do Património e como superá-los

Sofia Costa Macedo | Especialista em Património Cultural, Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial | sofiacmacedo@gmail.com

“(...) aí está como um excelente exemplo do que o associativismo é capaz de fazer no campo do estudo, da divulgação, da animação e da defesa do nosso património.”

Nuno Teotónio Pereira, 2007

M

ais representatividade, maior responsabilidade, mais conhecimento.

No final da década de 70 e início da década de 80 do século XX, um grande número de cidadãos encontrou na defesa do património cultural um motivo de intervenção social e agregou-se em associações que tinham como objectivo a salvaguarda dos valores históricos colectivos. Tal significava que existia um reconhecimento alargado da importância dos vestígios materiais do passado e uma oportunidade para a sociedade, de uma forma geral, intervir na salvaguarda desses mesmos vestígios.

Estas associações assumiram-se, neste período, como um modelo preferencial de actuação para a salvaguarda do património cultural e natural, e procuraram progressos no campo do estudo, divulgação, animação e defesa do património cultural português. O movimento associativo ganhou um carácter novo, inexistente até à data e que se traduziu na amplitude da sua acção, da sua base associativa e das suas aspirações. Aliavam a contestação à acção do Estado relativamente ao património cultural e natural ao cumprimento dos anseios colectivos das comunidades, e da sua acção resultaram iniciativas administrativas e legisla-

tivas que vieram a consolidar o modelo patrimonial em Portugal.

Um novo enquadramento das associações de defesa de património nas estratégias e políticas nacionais do património cultural é assim necessário. Para tal, as associações têm que traçar um novo caminho e superar os desafios que lhes são apresentados. Este passará pela redefinição dos seus objectivos e campos de actuação. Talvez a especificidade que as ADP's procuraram, no final do século XX, seja uma resposta para um melhor enquadramento da sociedade civil na defesa dos seus valores patrimoniais.

“

Um dos grandes desafios que se colocam hoje às ONG do Património é o seu reforço organizativo e a clarificação das suas formas de actuação. A definição de objectivos específicos, a procura de um caminho próprio, é um repto que as associações hoje ponderam. Afastarem-se de modelos e teorizações genéricas, de modelos associativos mais generalistas e de base mais popular, para encontrarem linhas de actuação mais concretas para a defesa do património cultural e natural. A conjugação deste exercício com o modelo de implantação territorial das ONG, mais localizado e ligado com as populações, confere às associações um posicionamento crítico e cientificamente válido em relação a outras entidades de espectro de actuação mais lato.

”

“

...a irrelevância com que as associações foram tratadas, sobretudo a partir de meados da década de 80, mantém-se actualmente. Muito devido ao facto de a grande massa crítica associativa ter-se desviado para o outro campo, deixando estas estruturas desprovidas de competências técnicas, altamente valorizadas no sistema patrimonial actual. Resolvendo esta situação, as associações poderiam ser novamente integradas nas estruturas consultivas e mesmo operativas. Até porque possuem uma vantagem: a proximidade com as comunidades. Esta grande vantagem das associações, tem que vir acompanhada de uma maior “profissionalização” do sector, garantindo assim a sua independência.

”

Um dos grandes desafios que se coloca hoje às ONG do Património é o seu reforço organizativo e a clarificação das suas formas de actuação. A definição de objectivos específicos, a procura de um caminho próprio, é um repto que as associações hoje ponderam. Afastarem-se de modelos e teorizações genéricas, de modelos associativos mais generalistas e de base mais popular, para encontrarem linhas de actuação mais concretas para a defesa do património cultural e natural. A conjugação deste exercício com o modelo de implantação territorial das ONG, mais localizado e ligado com as populações, confere às associações um posicionamento crítico e cientificamente válido em relação a outras entidades de espectro de actuação mais lato. É também necessária uma continuidade formal e que pressupõe a regularidade dos procedimentos administrativos no seio associativo: Assembleias Gerais; Reuniões de Direcção; Relatórios e Contas têm que ter uma continuidade não quebrada, que cimente a postura formal da entidade associativa. Assim como deve ser promovida uma continuidade missionária: se a alteração para o campo mais ambiental promoveu uma alteração generalizada de preocupações e objectivos estatutários, o património cultural deve fazer um novo caminho, inserido no meio natural, que recoloque em perspectiva os seus objectivos e âmbitos de trabalho. Essencialmente, o movimento associativo necessita de uma reformulação de base associativa, com a integração de gente mais nova que esteja disponível para assumir o seu papel nestes movimentos. Todos temos falta de tempo; isso não pode ser um argumento. O objectivo mais global que radica no âmago das associações implica que tenhamos consciência de que a nossa acção colectiva representa uma mais-valia. Quando tivermos a capacidade de assumir estes compromissos, as associações terão condições

para fazer ouvir a sua voz e pugnar pela defesa e salvaguarda dos nossos bens culturais. Esse aumento associativo tem que vir acompanhado de uma postura crítica: o movimento associativo, a partir de meados da década de 90 do século XX, foi espoliado de massa crítica, através da incorporação de muitos dos seus associados activos nas estruturas da governança (tanto a nível local, como regional, como nacional), mudando, portanto os campos de actuação. A independência que as associações procuraram e advogaram face ao poder, encontra muitas vezes neste tipo de situação conflitos de interesse, difíceis de solucionar. A independência da opinião associativa tem que vir acompanhada de uma maior “profissionalização” do sector.

Um outro desafio prende-se com o posicionamento das ONG na mudança de comportamentos face ao Património. É necessário retomar os pressupostos que, no passado recente, guiaram as associações, tais como a defesa de conceitos mais alargados de património, e a reflexão crítica sobre elementos patrimoniais e a sua ligação com a sociedade actual. Promover debates teóricos e conceptuais, dedicação ao estudo e investigação e acção concreta em termos de valorização pa-

trimonial devem ser acções que as ONG do património têm que abordar, mantendo uma tradição de inovação neste sector, de que toda a realidade nacional viria a beneficiar. Tal significa que, um dos campos de actuação privilegiados das associações, a divulgação, deve ser alargado e complementado com uma acção eficaz na definição de estratégias e comportamento face ao património cultural português. Como aliás foi feito na década de 70 e 80 do século XX por estas mesmas associações. Retomar e reforçar o posicionamento na estrutura da governação é um dos grandes desafios das ONG: a irrelevância com que as associações foram tratadas, sobretudo a partir de meados da década de 80, mantém-se actualmente. Muito devido ao facto de a grande massa crítica associativa ter-se desviado para o outro campo, deixando estas estruturas desprovidas de competências técnicas, altamente valorizadas no sistema patrimonial actual. Resolvendo esta situação, as associações poderiam ser novamente integradas nas estruturas consultivas e mesmo operativas. Até porque possuem uma vantagem: a proximidade com as comunidades. Esta grande vantagem das associações, tem que vir acompanhada de uma maior “profissionalização” do sector, garantindo assim a



São necessárias mais acções de ligação com as comunidades educativas, de uma forma estratégica e concertada. O património deve deixar de vez o seu nicho de posicionamento e enveredar por caminhos mais abrangentes e socialmente mais transversais. Aproximar-se de novo das suas populações. “Servir” as suas populações. Partilhar conhecimentos e incluir gente que não participa nestes horizontes dos valores históricos, sociais, artísticos, culturais e ambientais, tal como foi preconizado na Convenção de Faro, em 2005.



sua independência. Aprender com os erros cometidos e otimizar um conjunto de conhecimentos adquiridos que permitem que as associações tenham a capacidade de se reinventar e de se reposicionar em consonância com os valores pelas quais se regem. Capitalizar, tal como acreditamos hoje na moderna Conservação e Restauro que, o anterior faz parte da vivência daquele local, e a nossa obrigação é encontrar formas de enquadrar esses elementos “dissonantes” numa consonância harmoniosa.

Na Educação para o Património as ONG encontram outro desafio. As associações devem procurar ligações com o mundo educativo, no pressuposto que a base para a salvaguarda do património reside numa formação das camadas mais jovens, mas não só. Formações de nível superior ou mesmo no segmento técnico-profissional podem fazer parte do rol de actuação das associações, abrangendo não só os alunos, como também os professores. Aliás, uma grande parte da base associativa foi constituída por professores e profissionais de ensino. São necessárias mais acções de ligação com as comunidades educativas, de uma forma estratégica e concertada. O património deve deixar de vez o seu nicho de posicionamento e enveredar por caminhos mais abrangentes e socialmente mais transversais. Aproximar-se de novo das suas populações.

“Servir” as suas populações. Partilhar conhecimentos e incluir gente que não participa nestes horizontes dos valores históricos, sociais, artísticos, culturais e ambientais, tal como foi preconizado na Convenção de Faro, em 2005.

Finalmente o estabelecimento de redes associativas a nível nacional. Talvez o maior desafio que se coloca hoje ao mundo associativo, obrigando as associações a encontrarem convergências na sua diferença. Uma das grandes realizações do movimento associativo de defesa do património no período democrático em Portugal foi a execução de Encontros Nacionais das Associações de Defesa de Património, algo inteiramente inédito no panorama patrimonial em Portugal e integralmente organizados pelas estruturas associativas, sozinhas ou em coordenação. Acreditava-se na convergência de interesses e nas potencialidades de um modelo federativo das associações, tendo sido criada uma Federação, a FADEPA que, apesar de demonstrar uma originalidade de actuação e de objectivos, não conseguiu uma concretização efectiva da sua missão e ficou muito aquém daquilo que as associações perspectivavam para este organismo. Estas redes associativas beneficiaram da implantação alargada do modelo no território nacional, com a criação de um conjunto muito significativo de associações que teve presente nos seus objectivos a defesa e salvaguarda do

património (cultural e natural), numa relação de uma associação para cada 15 000 habitantes e o território nacional apresentou uma cobertura de mais de 70% com estruturas desta natureza (entre 1977 e 1997). A ligação com as comunidades e com a sociedade em geral tem que ser determinante na forma de actuar das associações. Servir a comunidade, com acções alargadas ao grosso das populações, apostando em estratégias de divulgação como exposições, visitas orientadas, recitais de música, publicações ou iniciativas pedagógicas. Outra das formas de se ligarem com a sociedade reside na compreensão do alcance e a utilização em larga escala dos meios de comunicação social, para a difusão dos valores patrimoniais. Não só jornais, mas também os meios de comunicação de massas, como a rádio e a televisão, e hoje as redes sociais, podem ser utilizados pelas associações para o cumprimento da sua missão.

Tal como no passado, *agir* é hoje a palavra de ordem. Investir na força de uma acção conjunta e passar de um plano legal para um plano efectivamente prático, fazendo ouvir a sua voz. As associações são a forma mais simples, despretensiosa e global para integrar novamente os bens culturais na vida dos cidadãos. ■

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

O Património e o Setor da Construção

Teoria e Prática

Soraya Genin | ISCTE-IUL, ICOMOS-Portugal | soraya.genin@iscte.pt

A oferta formativa do setor da Construção contempla sobretudo a construção nova, quer ao nível da formação profissional, quer ao nível da licenciatura e mestrado integrado. As universidades continuam a graduar profissionais responsáveis por projetos e obras, sem formação adequada em Conservação do Património Arquitetónico, apesar de ser a maior fonte de emprego atual. Falta teoria mas todos praticam. Por isso assiste-se a tantas demolições e a construções em vez de “reabilitações” que anunciam, porque desconhecem o significado, intervenções irreversíveis e perda total da autenticidade. “Reabilitação” é a palavra da moda, em vez de “Conservação”, pois esta significa claramente “conservar”.



Ordem dos Arquitetos criou o colégio de Urbanismo e o colégio do Património Arquitetónico, que conferem a qualidade de “especialista” aos profissionais inscritos, mas não a exclusividade na elaboração de Projetos das especialidades. Na prática, qualquer arquiteto sem formação na área, como veremos, pode ser responsável por um projeto de Conservação. O mesmo acontece com os engenheiros civis.

Sempre houve resistência no reconhecimento das especialidades. Há profissionais que pensam poder fazer tudo. Os engenheiros civis fazem de arquitetos (novamente consentido por lei) e também fazem projetos de Conservação (sem formação também). Nos projetos de Conservação os arquitetos fazem de historiadores da arte e de conservadores restauradores (muito corrente) e até de engenheiros civis (raro mas acontece). A ideia comum de que se “dá um jeitinho” e que a prática substitui a teoria, resultando precariedade nos projetos e obras.

Penso que a relação entre a teoria e a prática é óbvia para todos. Desde o séc. I a.C., no primeiro tratado de Arquitetura, Vitruvius começa assim: “A arquitetura é uma ciência que deve ser apoiada por uma grande diversidade de estudos e de conhecimentos através dos quais ela julga todas as obras das outras artes que lhe pertencem. Esta ciência adquire-se pela Prática e pela Teoria. A Prática consiste numa contínua aplicação à execução de projetos como nos propomos, segundo os quais a forma conveniente é atribuída à matéria de que todos os tipos de obra são feitas. A Teoria explica e demonstra a conveniência das proporções que as coisas que se querem fabricar devem ter: isto faz com que os Arquitetos que se esforçam por obter a perfeição da sua arte através unicamente do exercício da mão, não obtivessem quase nenhum avanço, por muito grande que tenha sido o seu trabalho, de igual modo aqueles que acreditaram ser apenas através do conhecimento das letras o único caminho para obter o êxito, pois não obtiveram mais do que escuridão: mas aqueles que

juntaram a Prática à Teoria, foram os únicos a ter sucesso no seu empreendimento, porque estavam munidos de tudo o que era necessário para chegar a bom fim”.

Quando era estudante de arquitetura na ESBAL, em 1989 optava-se no último ano do curso por uma das três áreas em Projeto: Arquitetura, Urbanismo ou Conservação. As especialidades eram reconhecidas. O docente da área de Conservação era o Professor Sérgio Infante, quem mais tarde encontrei no Centro Raymond Lemaire, da Universidade Católica de Leuven, onde se especializaram diversos portugueses, pois ainda não havia Mestrados na área em Portugal. Guardo na memória as longas discussões sobre a “autenticidade”, os princípios da Conservação e as recomendações do Professor Lemaire, um dos criadores da Carta de Veneza, carta de referência desde 1964. Em Portugal, como foi difícil pôr a teoria em prática.



As empresas de construção não têm mão-de-obra especializada. Trocam argamassas de cal por argamassas de cimento, trocam tabiques de madeira por gesso cartonado, trocam o que for preciso, assim que confrontados por uma técnica tradicional, pois não o sabem fazer. Travam-se verdadeiras batalhas em obra para fazer cumprir o projeto.



Na prática, os donos de obra elaboram programas sem qualquer análise do edifício, para avaliação dos elementos a conservar e do uso que poderá conter. Não requerem estudos prévios, porque encarece o projeto ou simplesmente desconhecem a sua necessidade. Impõem programas não adequados aos edifícios, que implicam sérias demolições e obras desnecessárias. Não reconhecem o valor histórico, arquitetónico, social, nem sequer o valor económico do seu património. O barato que sai caro.

As empresas de construção não têm mão-de-obra especializada. Trocam argamassas de cal por argamassas de cimento, trocam tabiques de madeira por gesso cartonado, trocam o que for preciso, assim que confrontados por uma técnica tradicional, pois não o sabem fazer. Travam-se verdadeiras batalhas em obra para fazer cumprir o projeto.

Os engenheiros projetam estruturas de betão ou metálicas em vez de estruturas de madeira, apoiam vigas em paredes de tabique, como se fossem alvenarias, passam condutas de climatização à frente de elementos históricos a valorizar, interrompem elementos estruturais para passagem de canalizações, sem qualquer conhecimento das estruturas tradicionais e dos princípios de Conservação.

Os arquitetos elaboram e aprovam projetos de construção – a que chamam “reabilitação” – agradam aos seus clientes com a criação

de espaços amplos para lojas, escritórios, museus, “suites” de hotel, apartamentos com fachadas de vidro. Demolições atrás de demolições. Os projetos são normalmente de três tipos: “fachadismo”, “pastiche” ou construção nova marcando a contemporaneidade pelo contraste, até na morfologia e na tipologia. Não há critérios, não há valores, o que importa é deixar a “marca de arquiteto”. Tudo isto acontece por falta de educação patrimonial e formação adequada dos principais intervenientes responsáveis. Vejamos o que acontece com a Teoria, o ensino da Conservação. Fiz uma breve pesquisa sobre os planos de estudo dos Mestrados Integrados em Arquitetura e em Engenharia Civil nas universidades portuguesas, e os resultados são desastrosos (tabelas 1 e 2). Existe em média apenas uma unidade curricular (UC) de Conservação, ou seja aproximadamente doze aulas em cinco anos de estudo. Em alguns cursos a UC é optativa ou nem existe! Como poderão estes alunos ser responsáveis por projetos de Reabilitação?

Dos dezasseis cursos de Mestrado Integrado em Arquitetura existentes, há apenas dois que oferecem um número razoável de UC de Conservação, quatro ou três obrigatórias, com a possibilidade de mais optativas. Há três cursos que incluem duas UC de Conservação e seis cursos com apenas uma UC obrigatória. Estas são sobretudo da área científica de Tecnologias. Em que UC se ensinam os princípios teóricos da

Conservação, que os arquitetos tanto precisam para fundamentar os seus projetos? Por fim, em três cursos a UC de Conservação é apenas opcional e em dois cursos não existem sequer optativas, o que significa que o arquiteto poderá formar-se sem nunca ter ouvido falar em Conservação. Por isso tantas demolições.

Dos cursos de Mestrado Integrado em Engenharia Civil, apenas um inclui duas UC de Conservação no plano de estudos, para além de duas optativas. Seis cursos incluem apenas uma UC obrigatória, sobretudo no perfil de Construções. No perfil de Estruturas, a UC de Conservação é normalmente optativa, ou seja, também há engenheiros civis que nunca ouviram falar em Conservação. Estranho a lacuna maior estar precisamente no perfil de Estruturas. Não é o reforço estrutural das questões mais importantes a resolver pelos engenheiros civis num projeto de Conservação? Por isso tantos diagnósticos estruturais condenam à morte os edifícios antigos, recomendando o fachadismo, ou seja o revestimento de fachada, para substituição de estruturas em madeira e alvenarias por betão armado.

Conclui-se que os Mestrados Integrados em Arquitetura e Engenharia Civil em Portugal não oferecem formação adequada para a elaboração (nem apreciação) de projetos de Conservação. Mesmo que o tema seja abordado na UC de Projeto – como acontece com



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017
Intervenção de Soraya Genin
(ICOMOS-Portugal)

a História, o Desenho, Sistemas Construtivos, etc. – são necessárias UC específicas para aprendizagem de diversas matérias da Conservação do Património Arquitetónico, nomeadamente: teoria e história, normas internacionais e legislação, patologia da construção, métodos de levantamento e diagnóstico de anomalias, metodologia de projeto e técnicas de conservação. Estes conhecimentos teóricos básicos necessários à prática profissional, apenas estão a ser adquiridos ao nível de pós-graduações, estudos avançados ou de doutoramentos, que algumas universidades oferecem.

Apelo às universidades e sobretudo às ordens profissionais para a resolução urgente deste problema. Há duas vias possíveis que devem ser avaliadas: a) adequação dos planos de estudo dos Mestrados Integrados em Arquitetura e Engenharia Civil, implementando o número de UC dedicadas à Conservação, para que os mestres arquitetos e engenheiros civis estejam aptos à responsabilidade de projetos e obras de Conservação; b) ou esta possibilidade deve ser exclusiva dos “especialistas” em Conservação, com estudos avançados e cursos do 3.º ciclo, caso se mantenham os planos de estudo atuais. Decidam por uma destas vias, mas decidam rápido! É vital juntarmos a Prática à Teoria, evitando mais demolições e a perda contínua do nosso Património. ■

TABELA 1 | Número de Unidades Curriculares de Conservação e Reabilitação de Edifícios, obrigatórias e optativas nos cursos de Mestrado Integrado em Arquitetura (MIA) e Urbanismo (MIAU)

Mestrados Integrados em Arquitetura (MIA) e Mestrados Integrados em Arquitetura e Urbanismo (MIAU)	UC Obrigatória	UC optativa
Un. Gallaecia (MIAU)	4	0
Un. Lisboa - FAUL (MIA, Interiores e Reabilitação do Edificado)	3	3
Un. Lisboa - FAUL (MIA)	2	4
Un. Minho (MIA)	2	4
Un. Autónoma de Lisboa (MIA)	2	0
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (MIA)	1	0
IS Manuel Teixeira Gomes (MIA)	1	0
Un. Beira Interior (MIA)	1	0
Un. Fernando Pessoa (MIAU)	1	0
Un. Lisboa - IST (MIA)	1	0
Un. Lusófona (MIA)	1	0
Un. Coimbra (MIA)	0	4
Un. Porto - FAUP (MIA)	0	3
Un. Évora (MIA)	0	1
Escola Sup. Artística do Porto (MIA)	0	0
Un. Lusíada (MIA)	0	0

TABELA 2 | Número de Unidades Curriculares de Conservação e Reabilitação de Edifícios, obrigatórias e optativas nos cursos de Mestrado Integrado em Engenharia Civil (MIEC)

Mestrados Integrados em Engenharia Civil (MIEC)	UC Obrigatória	UC optativa
Un. Aveiro (MIEC)	2	2
Un. Nova de Lisboa - FCT (MIEC, Construções)	1	2
Un. Beira Interior (MIEC, Construções e Estruturas)	1	0
Un. Coimbra (MIEC, Construções e Estruturas)	1	0
Un. Lisboa - IST (MIEC, Construções)	1	0
Un. Minho (MIEC, Construções)	1	0
Un. Porto - FEUP (MIEC, Materiais e Processos de Construção)	1	0
Un. Nova de Lisboa - FCT (MIEC, Estruturas)	0	2
Un. Lisboa - IST (MIEC, Estruturas)	0	1
Un. Porto - FEUP (MIEC, Estruturas)	0	1
Un. Minho (MIEC, Estruturas)	0	0

O Património Privado e a Identidade Cultural

Problemas e Soluções

Hugo O'Neill | Presidente da Associação Portuguesa de Casas Antigas | geral@casasantigas.org

O património construído privado, constituído pelas casas antigas, nobres e senhoriais, construídas e vividas ao longo dos nove séculos da nossa história, são um dos mais autênticos veículos para dar a conhecer a evolução da nossa forma de viver, dos problemas e soluções com que os nossos antepassados foram confrontados, do nosso sentido estético, e constituem, portanto, um excepcional modelo tangível da nossa identidade cultural.

Estas construções foram servindo vários propósitos, desde locais de refúgio e segurança no período da reconquista, a centros urbanos onde se projectou a epopeia marítima, a casas de campo, de onde era gerida a actividade rural das famílias que, a par do clero, lideraram a construção da nação.

No século XIX, com o fim dos vínculos familiares e com a adopção do Código de Napoleão como regime para a transmissão patrimonial, levando à divisão por cada herdeiro de partes do património que antes se mantinha unido, acabou a função destas casas como centro de administração do património familiar, e por consequência a origem de fundos para a sua manutenção. A divisão de cada casa por um número crescente de pessoas com relações familiares progressivamente mais afastadas e a incapacidade de acolher todos os proprietários, levou à alienação e ao abandono de muito deste património.

Para que estas casas continuem a ser a memória tangível da nossa identidade cultural é necessário que cada uma possa gerar os recursos necessários para assegurar a sua



1



2

1 | Paço de Bertandos, Ponte de Lima.

2 | Quinta das Torres, Azeitão.

3 | Palácio Fronteira, Benfica.

4 | Ruína, Quinta das Águias. Lisboa.

“

Para que estas casas continuem a ser a memória tangível da nossa identidade cultural é necessário que cada uma possa gerar os recursos necessários para assegurar a sua manutenção através da sua abertura a terceiros nas várias modalidades possíveis, mas tendo sempre como objectivo contar a história da família e revelar a evolução da maneira de viver e do gosto, ao longo das várias gerações dos seus ocupantes.

”



3



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017
Intervenção de Hugo O'Neill
(Associação Portuguesa de Casas Antigas) I



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017
Intervenção de Hugo O'Neill
(Associação Portuguesa de Casas Antigas) II



4

manutenção através da sua abertura a terceiros nas várias modalidades possíveis, mas tendo sempre como objectivo contar a história da família e revelar a evolução da maneira de viver e do gosto, ao longo das várias gerações dos seus ocupantes.

Ao abrir as suas casas para tal efeito, com sacrifício da sua privacidade e subordinando a gestão das suas finanças à salvaguarda dos valores e tradições das suas famílias, os proprietários estão indiscutivelmente a investir para preservação de um bem comum e devem, portanto, ser compensados pelo Estado, por exemplo, através do acesso a fundos disponibilizados para esse fim e de um regime fiscal que os compense do acréscimo de custos em que para tal incorrem.

As ONG podem desempenhar um papel muito importante na montagem deste regime pela sua colaboração, por exemplo: no levantamento do património existente; na recuperação da memória da influência de cada casa na história do sítio ou da região; na recuperação e na garantia de utilização dos antigos métodos de manutenção e de reabilitação; no acolhimento que possam dar aos novos visitantes. Podem também tirar benefícios dessa colaboração, pela disponibilidade por parte dos proprietários em facilitar um uso do espaço como ponto de encontro ocasional para as suas actividades e pelo partido que possam tirar da montagem de serviços e actividades que contribuam para a melhoria da economia local.

O problema de conciliar a disponibilização da propriedade privada para usufruto do bem comum é tanto um problema português como europeu e, necessita de ser posto em evidência, para que no próximo ano os decisores nacionais e supranacionais o compreendam e aceitem a busca de soluções para assegurar a sua reabilitação.

Convidámos Sneška Quaedvlieg Mihailovic, a Secretária Geral da Europa Nostra, a instituição de maior prestígio e a mais activa na salvaguarda deste património, para nos falar da cada vez mais reconhecida importância que o património construído tem para a formação da identidade cultural europeia, da forma como os políticos europeus olham para este tema e, em especial, das medidas que estão sendo equacionadas para que 2018, Ano Europeu do Património, seja um ponto de viragem nesta matéria. ■

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.



Políticas públicas para a salvaguarda e conservação do Património Industrial

1

Omissão ou desconsideração?

Jorge Custódio | Fundador da APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, Investigador integrado no IHC | apai.jcustodio@gmail.com

O Fórum do Património 2017, na sua génese, na sua concretização e na sua Declaração Final, enfatizou o Património Industrial e o Património Rural, prescrevendo que a sua salvaguarda possa ter “cada vez mais expressão nas políticas nacionais definidas tanto a nível central, como local, dado que grande parte dos conjuntos, edifícios e objectos da sua cultura material não são devidamente estudados, protegidos ou valorizados, encontrando-se assim em grave risco”¹.

Exigências públicas de reconhecimento disciplinar: o património industrial em luta contra a omissão política

Em 23 de Janeiro de 2017, por altura da apresentação pública do referido Fórum, escrevemos que o “Património Industrial e Técnico tem hoje um significado histórico e cultural a nível europeu e de carácter mundial. A sua génese data dos anos 60 e 70 do século XX, afirmando-se à escala internacional como um campo de inovação do património cultural, nos domínios da conservação dos bens imóveis e móveis, da valorização dos espaços urbanos, da reabilitação dos valores da arquitectura industrial e dos sistemas técnicos de interesse histórico e ainda, no campo das ciências humanas, na investigação e na interpretação arqueológica”².

Depois de 1960 e nas décadas que se seguiram, uma enorme diversidade de bens industriais foi identificada e considerada como uma das maiores heranças patrimoniais comuns da Humanidade, que importava conservar e valorizar, não só à escala regional, mas como valores culturais dos países industriais modernos, como herança comum da União Europeia (tal como subscreve o Conselho da Europa) e como expressões essenciais das etapas da industrialização a nível internacional, simbolizadas por via da classificação de Património Mundial, pela UNESCO³.

Cada vez mais se considera o património industrial, como bens culturais do Futuro, dado que se entende o seu significado na construção do presente e do papel que teve na transformação do Homem e do ambiente que herdámos, que é igualmente importante na Educação Patrimonial e na construção da sociedade universal do dever. Reconhecer-se-á o valor social intrínseco do património industrial e técnico se entendermos o seu carácter inclusivo, porque se trata de bens culturais que foram vivenciados por grandes grupos sociais e foram/são pertença de “gente sem história”, em geral anónima, como trabalhadores, operários, maquinistas, mineiros, ferroviários, industriais, empresários, inventores/inovadores, técnicos, engenheiros, etc.

Generalizou-se um conjunto de medidas e planos para a sua salvaguarda e valorização na grande maioria dos países europeus, nos EUA, no Canadá, no Japão, na Austrália,

“**A salvaguarda, a conservação e a valorização do Património Industrial em Portugal têm decorrido, salvo raras excepções, à margem do movimento internacional. Do ponto de vista social, deve-se mais ao esforço da iniciativa civil e de técnicos que se especializaram nestes domínios (graças à maior abertura das universidades portuguesas à formação de alunos em disciplinas e temas da actualidade) e a construção patrimonial e cultural de voluntários e de associações sem fins lucrativos.**”

entre outros territórios a nível mundial. Geraram-se políticas culturais e defenderam-se prioridades de salvaguarda e conservação, atendendo ao risco próprio em que se encontravam/encontram os bens industriais e técnicos, sobretudo edifícios, conjuntos e complexos. Defenderam-se soluções consensuais de âmbito local e regional para os formatos da reabilitação e reutilização do património industrial, que por toda a Europa e Novo Mundo, se inscrevem como soluções com efeitos urbanos, sociais e culturais, permitindo perpetuar e acrescentando valor ao património industrial.

Malgrado estas soluções, políticas públicas e iniciativas, a salvaguarda, a conservação e a valorização do Património Industrial em Portugal têm decorrido, salvo raras excepções, à margem do movimento internacional. Do ponto de vista social, deve-se mais ao esforço da iniciativa civil e de técnicos que se especializaram nestes domínios (graças à maior abertura das universidades portuguesas à formação de alunos em disciplinas e temas da actualidade) e à construção patrimonial e cultural de voluntários e de associações sem fins lucrativos.

Em 1982-1985, tudo parecia indicar que as Secretarias de Estado e os Ministérios da Cultura, ainda antes da adesão de Portugal à CEE, queriam estar na vanguarda. Foi ‘Sol Enganador’. Independentemente de algumas

classificações de imóveis (muitas vezes sem a percepção do que estava em causa), de alguns inventários e medidas pontuais⁴, o que sobressai de mais de 30 anos de políticas culturais públicas é: a falta de objectivos e de construção de uma estratégia para os novos patrimónios; uma falta de visão do valor económico do Património Industrial; uma omissão de assunção do poder regulador (que a lei e as normas internacionais aconselham) e a determinação para assumir uma vontade de mudança e uma actualização das políticas do Património Cultural em Portugal. Desde o Ministro Coimbra Martins não houve até agora um Ministro da Cultura que definisse a nova agenda para o Património Cultural Português, na qual o Património Industrial adquirisse a Cidadania que tem direito. Graças à Assembleia da República, no entanto, a inscrição dos valores técnico e industrial ficaram registados na Lei de Bases do Património (2001). Mas, pergunta-se muitas vezes, para que servem, se o poder executivo, nem sequer dispõe de medidas regulamentares fundamentadas na natureza específica do universo disciplinar do património cultural? Escrevem estudos, publicam-se resultados, pedem-se artigos para as revistas oficiais e tudo permanece “ao idêntico”. Durante o Ano Europeu do Património Industrial e Técnico (2015) que chegou a gerar umas Jornadas Europeias da mesma temática, fizeram-se promessas que ficaram sem cumprimento, sinal de desfecho vazio.

Tudo o que afirmamos não significa que parte da salvaguarda desta herança comum não tenha tido, em Portugal, também um carácter público, por vezes mesmo emblemático. Todavia é esporádico, atomizado e culturalmente marginalizado, na orla da discussão democrática ou de debate técnico com os serviços do património do país, não envolvendo os parceiros desta realidade cultural, tanto empresariais como sindicais, tanto municípios e algumas (embora raras) instituições, como ainda as associações do sector, nomeadamente a APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial.

O que está em causa não são apenas os novos “monumentos” do património industrial, construídos no decurso das sucessivas industrializações; não são tão-somente os museus industriais, mineiros e ferroviários que se criaram e multiplicaram no território, do Norte a Sul; nem os bens imóveis e móveis do trabalho e da técnica (muitos deles reunidos pela autoridade pública em 1982-1986), que requerem a atenção que o Estado desbaratou, através das políticas insensatas e demolidoras, nos idos de 2007-2012. O que está em causa, para além do valor cultural, histórico, educativo e sentimental, é ainda o valor cultural e económico⁵ do Património Industrial e Técnico.

Temos mostrado, nos diversos fóruns, que não existe uma política cultural nacional para o património industrial e técnico em Portugal, embora haja determinações europeias para viabilizar uma política para os valores culturais industriais comuns. “O que se encontra preservado – monumentos técnicos, antigas fábricas e minas, vilas e bairros operários, obra pública do século XIX e XX, edifícios industriais enquanto contentores de museus, estruturas arqueológico-industriais, máquinas motoras, operadoras ou ferramentas, museus industriais e mineiros, escassos arquivos empresariais, memórias sociais ou raros saberes intangíveis – deveu-se sobretudo ao esforço conjugado de voluntários, de técnicos da administração central ou local e poder municipal, de algumas empresas, escolas e universidades”⁶. Portugal tem movimento associativo com massa crítica, para dar pareceres e ser consultado, para definir estratégias e prioridades, para representar os seus interesses nas estruturas culturais do país, para fazer história na defesa, salvaguarda e conservação do património.

Pergunta-se, pois, quem os chama? Quem lhes dá voz? Quem lhes abre a porta nos Conselhos Consultivos e no Conselho da

Cultura? Onde estão? Para que servem? Porque são ignorados e desconsiderados? Estas omissões são um dos sinais mais evidentes das soluções erráticas, improvisadas, ocasionais que por aí existem, aliás sem consistência teórica e política, sem regulação e normativos específicos que a complexidade dos saberes do Património Industrial cada vez mais exige. O Património Industrial não pode ser negligenciado, nem escamoteado, pela administração central, nem pela administração local, nem pela Assembleia da República, nem pelos juízes e tribunais. Não bastam as classificações (pese bem a sua utilidade), “impõe-se o inventário e o planeamento dos bens a salvaguardar (*Plano de Salvaguarda do Património Industrial e Técnico*). Impõem-se responsabilidades públicas (instituições e poder municipal) e uma clara definição das regras de conservação com soluções políticas enquadráveis no direito de cidadania dos valores dessa nossa herança comum, políticas que preservem o que resta do mais significativo dos valores industriais, mineiros e ferroviários de Portugal e que envolvam” as diversas entidades e cidadãos envolvidos na sua Causa Comum. “Precisa-se de uma política cultural de referência que ponha em campo estratégias interministeriais com a participação privilegiada das associações relacionadas com o património industrial, mineiro, ferroviário e técnico”⁷. Note-se que existem recomendações internacionais para o património industrial e técnico: uma delas, subscrita pelo ICOMOS Internacional, designa-se por *Princípios de Dublin* (2011).

Uma agenda dos valores do Património Industrial com destinatário

O património arquitectónico deixou de ser apenas os castelos, os palácios, as casas senhoriais e os edifícios do poder nacional. Hoje, envolve cada vez mais as arquitecturas dos séculos XIX e XX, as arquitecturas vernáculas e rurais, e a arquitectura industrial. Por outro lado, os objectos artísticos – que tanta adrenalina exerceram e exercem em Portugal na consciência das elites, das aristocracias e dos museus de arte antiga ou contemporânea – têm outros concorrentes patrimoniais igualmente de valor cultural: as ferramentas dos artífices e mineiros, as máquinas motoras e operadoras das fábricas, os equipamentos técnicos e os produtos industriais, fabricados à máquina e estandardizados. O património arqueológico tem um novo parceiro: o património arqueológico-industrial, para usar a designação de um arqueólogo industrial

(Cerdà, 2008). O empobrecido património etnológico – cujo valor foi, durante muitos anos, oficialmente secundarizado nas políticas oficiais do património – também vê os seus horizontes culturais serem requeridos por um aprofundamento da história das técnicas e dos valores imanentes ao trabalho oficial e manufactureiro, como se as charneiras dos ofícios manuais, das artes industriais e dos valores antropológicos fizessem parte de um património comum, outrora na categoria dos valores tradicionais, hoje observados do ponto de vista da evolução e da continuidade e transformação das indústrias.

Michael Nevell chamou recentemente à atenção (Nevell, 2005, p. 117-204), partindo do Thesaurus da University of Manchester Archaeological Unity⁸, que havia 100 novos tipos de sítios arqueológicos, construídos entre 1600 e 1900⁹, nos quais se identificavam entre 15 e 18 novas categorias de monumentos. Estamos a falar neste caso, da Grã-Bretanha, o epicentro da Revolução Industrial e da industrialização europeia, em regiões de franca industrialização como Manchester, que embora manifestem os resultados das transformações económicas, sociais e culturais pioneiras, não podem ser identificados com as transformações de desenvolvimento industrial, introduzidas nos EUA, onde os fenómenos têm uma escala muito maior e revelam ser muito mais complexos. Nevell menciona para o caso acima referido existirem como novas categorias os “monumentos de agricultura e subsistência; os monumentos civis; os monumentos comemorativos (estes com outras especificidades em relação à Antiguidade e Idade Média); os sítios comerciais; os sítios defensivos; os sítios domésticos; os sítios educativos; os monumentos associados com jardins, parques e espaços abertos; alguns associados com a saúde e o lazer; os monumentos industriais; os monumentos institucionais; os sítios recreativos; os sítios religiosos, rituais e funerários, os sítios relacionados com os transportes; e aqueles que estavam relacionados com o abastecimento de água e drenagem” (Nevell, 2005, p. 181). Por esta lista se mostra, a mancha patrimonial dos séculos XVIII a XIX criada e posta ao serviço das sociedades industriais e que requer ser considerada em termos de pensamento da herança patrimonial.

Para além de ser impensável hoje, que os institutos do património não tenham em atenção esta nova “árvore genética” do património edificado, construído e arquitectónico, há ainda que identificar, na maior parte das

1 | Fábrica António Estrella / Júlio Afonso. Fotografia de 2017. Original Município da Covilhã / Tecitex. A complexidade da arquitectura industrial obriga a estudos de enorme complexidade, como é este caso, onde se conjugaram estruturas fabris pré-industriais, ou secções fabris industriais, armazém de fazendas, escritório e habitação do proprietário.

2 | A Fábrica da Água de Lisboa. 1881. A Estação Elevatória dos Barbadinhos é um dos exemplos portugueses de edifício-máquina. © Rocchini.



vezes, o que acontece a cada uma destas categorias, reconhecendo, mais em pormenor, os objectos que constituem o seu universo em comparação com aqueles que têm sido preservados, independentemente do modo como ocorreu. Tomemos de empréstimo o caso dos “monumentos industriais”, apenas, considerando exemplos portugueses concretos que foram identificados, dos quais se partiu para a generalização do património arquitectónico, independentemente de haver ou não património técnico integrado. Introduziu-se neste quadro, para simplificar, o património construído pré-industrial que, aliás, se enquadra em horizontes cronológicos modernos e contemporâneos (séc. XVII-XX) (quadro I). Não se considerou neste quadro nem as instituições de crédito, nem educacionais, uma das quais é a antiga Escola Industrial Marquês de

Pombal (classificada) destinada à formação de operários e técnicos fabris, nem os laboratórios universitários, ligados às ciências físicas e químicas, destinados também à formação das elites tecnológicas¹⁰.

Basta um só relance de olhos para vermos a complexidade da tipologia dos imóveis e perceber as enormes deficiências do controlo teórico e de regulação do património industrial em Portugal, admitindo apenas o ponto de vista da arquitectura industrial (fig. 1). Os institutos da tutela continuam a trabalhar sem ter uma malha de enquadramento teórico da

riqueza portuguesa em património industrial, pois nem sequer promoveram ainda o inventário indispensável para se obterem dados fiáveis e que, como há muito tempo se sabe, nem a maioria consta sequer dos inventários dos institutos da tutela patrimonial. Por outro lado, a salvaguarda pela via da classificação dos imóveis industriais pouco ou mais revela do que duas dezenas de classificados. É necessário cruzar, os classificados com os imóveis protegidos enquanto contentores de museus e observar os resultados do trabalho de preservação, realizado pelas autarquias¹¹, envolvendo imóveis industriais, mineiros e de transportes e ainda por empresas e particulares (Custódio, 2016; Custódio, 2017).

QUADRO I | Património Industrial Imóvel

SÉRIES	CATEGORIAS	EDIFÍCIOS
1	Património energético	Casas das caldeiras; casas das máquinas (vapor, gás, diesel); casas de bombagem de água; Centrais térmicas; Centrais a vapor; Centrais eléctricas (termo ou hidroeléctricas); posto de transformação.
2	Unidades de Transformação Industrial ¹²	Fábricas: manufacturas; tinturarias; fábricas têxteis (algodão, lanifícios, seda); fábricas de cortiça, de conservas, de moagem, de descasque de arroz, de massas alimentícias, de chapéus, de sapatos, de papel, de pólvora, de cerâmica e de cerâmica de construção, de cordoaria; de vidro, de porcelana, de óleo de baleia; de briquetes; metalomecânica; de electrónica; destilarias; lagares de azeite; lagares de vinho; balseiros e adegas; estaleiros navais; panificadora. Apoio à actividade fabril: laboratórios da indústria de cimento; oficinas de manutenção; armazéns; armazéns frigoríficos; escritório fabril.
3	Aparelhos de transformação química (fornos)	Fornos de cal; fornos de cerâmica, faiança e porcelana; arquitectura de um forno de cimento; alto-forno siderúrgico.
4	Transportes	Estações de mala-posta; estações ferroviárias centrais e intermédias; oficinas de manutenção de material circulante; rotundas ferroviárias; cocheiras de locomotivas e carruagens; Car Barn para eléctricos urbanos; pontes (ferroviárias e rodoviárias); garagem; hangares; aeródromo de manobra; alfândega.
5	Equipamentos úteis	Abastecimento e distribuição de águas: aquedutos, estações elevatórias de águas, reservatórios, canalizações. Fontes públicas. Mercados; matadouros municipais; guindaste.
6	Minas	Complexos urbano-mineiro; galerias subterrâneas; cavaletes ou malacates; casas da malta; estruturas de metalurgia de metais.
7	Património Social da Indústria e das Minas	Vilas operárias; bairros operários, mineiros e ferroviários; hospitais; escolas; campo de jogos.
8	Património construído pré-industrial	Moinhos hidráulicos, moinhos eólicos, aeromotor, moinhos de maré; pisões; lagar de cera; poços ou reservatório de neve; fábrica de gelo natural; oficinas de trabalho manual.

Mas o património industrial não se reduz ao património arquitectónico, na sua expressão de construção ou arquitectura industrial. O património industrial potenciou novos tipos de objectos, para além dos artísticos, dos arqueológicos e etnográficos: os objectos técnicos que vão das ferramentas dos ofícios mecânicos, às máquinas motoras, operadoras e ferramentas, e ainda alguns objectos resultantes da transformação industrial que designamos por produtos fabris (comuns ou vulgares), sobretudo quando estes, acabam por obter valor social através do seu estudo científico e museológico, ou são portadores de aquisições originárias de design industrial. Esta valorização do objecto industrial tem suscitado a formação de colecções de objectos/produtos em função do valor artístico, da raridade ou de puro sentimento pessoal ou colectivo.

Mas o património técnico-industrial revela outras características, não apenas móveis, mas implicando uma lógica integrada. A industrialização, para além disso, criou um tipo de edifícios que nunca tinham existido outrora: os edifícios-máquina, de que as estações elevatórias de água são um dos mais antigos exemplos (fig. 2). Em Bolonha, um forno de

3 | Central Tejo. Caldeiras de Alta Pressão da Babcock & Wilcox. Fotografia de 1984. Antes da patrimonialização e da musealização estiveram para ser demolidas, embora sem elas nunca se poderia perceber o conteúdo que as albergou como património industrial integrado como destino.

4 | Património Industrial in situ. Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês. © Museu da Cortiça.

5 | Motor Carels Diesel. Museu Mineiro do Lousal. Fotografia. O motor foi colocado em funcionamento em contexto museológico, constituindo um aspecto dinâmico da exposição permanente da Central Eléctrica.

6 | Fábrica de Descasque de Arroz da Casa Cadaval. Muge. Fotografia de 2016. A Casa Cadaval está a proteger esta unidade fabril encerrada como património industrial da empresa agro-industrial.

7 | Vitrina de rolhas. © Museu da Cortiça.

cerâmica contínuo Hoffmann – que também é um edifício máquina, para além de um aparelho de transformação química – deu origem ao Museu do Património Industrial de Bolonha. O edifício da Alta-Pressão da Central Tejo em Lisboa só tem interesse arquitectónico se for considerado como detentor das suas quatro potentes caldeiras de vaporização contínua (fig. 3).

Por outro lado, para além do património integrado, em muitas ex-fábricas da industrialização portuguesa preservadas, têm-se optado pela manutenção *in situ* do equipamento técnico ali colocado como destino, dado que só ele permite entender a singularidade e natureza do património industrial, como um todo. Os exemplos do Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês em Silves, do Museu Mineiro do Lousal e da Fábrica de Descasque de Arroz em Muge (figs. 3, 4 e 5) são suficientes para ilustrar e entender esta dupla natureza do património industrial. Não se resume à arquitectura e exige uma regulação que atenda a esta especificidade patrimonial (património integrado como destino), uma regulação que envolva os especialistas e técnicos desta disciplina patrimonial e de arqueólogos industriais. E o que dizer de uma colecção de rolhas de cortiça em exposição no Museu de Cortiça de Silves, antes do seu tempestuoso encerramento (fig. 7)?

Tanto os objectos técnicos móveis, como o património técnico integrado, na sua dupla valência, são bens culturais, cuja especificidade é pertencerem de direito ao património industrial. Sendo o património industrial, uma disciplina do património cultural, aqueles



3



4



5



6



7

QUADRO II | Património industrial estabelecido nos Princípios de Dublin em correspondência com o Património Industrial Português identificado¹⁴

PATRIMÓNIO INDUSTRIAL	EXEMPLOS PORTUGUESES	SITUAÇÃO PATRIMONIAL EM PORTUGAL
Sítios ¹⁵	Salinas de Rio Maior Râmolos ao Sol da Covilhã	Classificado, mas como Imóvel de Interesse Público Núcleo integrado no Museu dos Lanifícios
Construções ¹⁶	Inúmeros imóveis identificados, inventariados, salvaguardados, reutilizados com ou sem património técnico integrado	Em geral preservados para outras funções Alguns imóveis classificados
Complexos	Complexo fabril Hidráulico de Pereiras; Complexo Mineiro do Couço do Monte Furado; Complexo Mineiro de Tresminas	Classificados
	Complexo Ferroviário do Museu Nacional Ferroviário	Protegido, mas não classificado
Conjuntos	Conjunto da Mina de S. Domingos Levada de Tomar	Classificado Em vias de classificação
Territórios	Covilhã (Lanifícios)	Inventariado (DGPC/UBI)
	Vale do Ave Venda Nova (Amadora) Lisboa Industrial Seixal Vila Franca de Xira	Inventários regionais e locais (todos com sistemas, métodos e regras diferentes e com resultados empíricos e com relativo efeito social, à excepção do Seixal)
Paisagens	Várias identificadas, mas nenhuma com estudos consistentes	Nenhuma paisagem industrial, mineira ou ferroviária classificada
Equipamentos	Integrados em unidades industriais Estruturas e infra-estruturas	Vários exemplos protegidos, alguns classificados
Objectos	Ferramentas, máquinas, transmissões e produtos integrados em museus industriais, mineiros e ferroviários Idem, integrados em museus de outras especialidades. Embarcações; Comboios históricos; Camionetas (raras) e automóveis; Aviões	Protegidos nos referidos museus mas não considerados por atavismo mental e oficialmente como bens culturais. Objectos com classificações em curso (2015-2017)
Documentos / Arquivos empresariais	Ex: Arquivo da Fábrica de Cerâmica de Sacavém; da Fábrica de Cortiça Avern & Sons; Mina do Lousal; Empresa Carbonífera do Douro; Cimpor – Alhandra; Secil – Maceira-Liz; Fábrica Nacional de Lãs, Lda.; Arquivo das Fábricas de Lanifícios do Museu dos Lanifícios, Covilhã, Arquivo da Companhia de Fiação de Tomar (a requerer atenção), etc.	Raros arquivos empresariais protegidos, alguns <i>in loco</i> ; outros integrados em arquivos públicos. Enorme desperdício de recursos documentais, face ao gigantismo da documentação empresarial
Património imaterial / Saber-fazer técnicos	Conhece-se o caso do saber-fazer técnico oficial do fabrico do chocalho.	Não existe nenhum processo em curso. Contudo existem algumas experiências em museus.
Património imaterial / Organização do trabalho	Nada existe	Não existe nenhum processo em curso
Património imaterial / Organizações comunitárias dos trabalhadores	Nada existe	Não existe nenhum processo em curso

bens industriais, de natureza técnica, são por razão também bens culturais. Para eles se exige a consideração pública, a começar pelos institutos da tutela. Os objectos artísticos e os arqueológicos não constituem a única realidade dos bens culturais móveis

em Portugal. A riqueza dos bens industriais e técnicos¹³ permite a diversidade museológica e a valorização das histórias do trabalho, e são mais reconhecíveis por aqueles que com eles se relacionaram, e com eles se emocionaram e sofreram.

Observando, a definição de património industrial incerta nos *Princípios de Dublin*, uma carta do ICOMOS internacional, resultante da discussão técnica entre o TICCIH e aquela associação internacional de técnicos do património cultural, poderá entender-se quanto Portugal está atrasado no reconhecimento disciplinar do património industrial. Vejamos, por via de um quadro de síntese, aquilo que ficou definido e se encontra como documento orientador desta área a nível internacional (quadro II).

Falta apenas, agora, chamar a atenção para outra realidade que em Portugal se manifestou de forma espontânea, muitas vezes devido ao alheamento estatal dos institutos da tutela. É certo que, existindo museus industriais e mineiros no país, por ocasião do Inquérito aos Museus Portugueses (1990), a realidade observada determinou que durante o funcionamento da rede Portuguesa de Museus, houvesse muito maior atenção a esta especificidade da museologia portuguesa do que houve em relação à salvaguarda e conservação dos imóveis.

Sobre esta outra realidade – que como vimos se cruza com o que atrás apontamos acerca dos edifícios e o património arquitectónico industrial classificado – escrevemos recentemente o seguinte:

“Mesmo que o estatuto destes novos museus – assente na universalidade da cultura económica, social, industrial e técnica – não se encontre francamente aceite em Portugal e esses museus sejam objectivamente marginalizados ou constituam um receio real (ou aparente) para a ideologia museológica vigente, o apuramento que fizemos, atendendo aos estudos que prosseguimos e à bibliografia disponível, mostra-nos que Portugal não está à margem do movimento internacional¹⁷. Em fins de 2016, o número dos museus industriais e com património industrial e moderno técnico integrado em Portugal (integrando neles os museus ou núcleos mineiros e ferroviários e ainda os museus ou núcleos agrícolas com equipamento da mecanização agrícola) era de 99 museus¹⁸. Para além desta realidade, há que considerar as constelações de museus e monumentos de interesse industrial e técnico, constituídos à volta das figuras de roteiros e redes. Para além do *Roteiro de Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal*, envolvendo 33 entidades que gerem museus ou pontos de interesse, há que considerar ainda a *Rede/Roteiro dos Museus de Energia* (com 16 museus ou núcleos ligados à energia integrados) e a *Rede dos Museus do Vinho e*

da Vinha (em constituição)¹⁹. Refira-se ainda que o Museu Nacional Ferroviário integra nove núcleos pelo país, que o Museu da Água tem três núcleos distintos (Aqueduto das Águas Livres e Mãe de Água, Estação Elevatória dos Barbadinhos e Reservatório da Patriarcal) assim como o Museu dos Lanifícios (Tinturaria Pombalina, Fábrica Veiga e Râmolos ao Sol da Ribeira da Carpinteira)”.

Devido ao modo como se processou o desenvolvimento das relações entre a sociedade civil e o poder político (administração central e local), em Portugal o movimento de salvaguarda e conservação do património industrial tem um cruzamento essencial com a criação de museus e o desenvolvimento da museologia dos “fenómenos industriais” (Custódio, 2005). A conservação de muitos imóveis fabris, mineiros e ferroviários tem decorrido, por via indirecta, em função do lugar que os referidos imóveis passaram a ocupar como contentores de museus.

A guisa de conclusão

Portugal não pode ficar à margem do movimento de salvaguarda, conservação e valorização do património industrial, mesmo que algumas entidades, em face da resolução das memórias e identidades, tenham espontaneamente feito o que houve por bem fazer pela afirmação destes novos valores do património. Há que exigir das autoridades públicas o empenho de que são devedoras à sociedade portuguesa no seu conjunto. Basta de desconsideração, alheamento e/ou falso esquecimento. Ao poder político exige-se independência e serviço público. Se um bem cultural industrial for cobijado pelo poder económico, o poder não pode servir os interesses últimos traindo a ética patrimonial. Não às decisões encapotadas!

Os movimentos de cidadãos organizados em associações têm de estar representados – mas bem representados, com idoneidade, ética e autonomia política – nos órgãos da cultura e do património em Portugal. De outro modo a Sociedade Civil não perdoará! Requer-se a organização de um Plano de Salvaguarda e Valorização do Património Industrial Português. Impõe-se mesmo! Que órgão do poder político se mobiliza para esta batalha? Quem o fizer fará História, no tão abalado conceito público do Património Cultural português.

“The future of this working places is in our hands;” – afirmou Neil Cossons, um dos especialistas ingleses desta matéria – “to preserve for posterity, to recycle for tomorrow, or here and there to leave alone as unmanaged ruins so that future generations can make choices for themselves based in our prudence and their values and judgements.” (Cossons, 2012, p. 16). ■

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

BIBLIOGRAFIA

Cerdà, Manuel (2008). *Arqueologia industrial. Teoria y Práctica*. Valência, Universidade de Valência.

Cossons, Neil (2012). Why preserve the industrial heritage? *Industrial Heritage Re-tooled. The TICCIH guide to Industrial Heritage Conservation* (editado por James Douet). Lancaster: TICCIH.

Custódio, Jorge (2005). A Emergência e a Gênese dos Museus Industriais e de Empresa em Portugal. *Rede Portuguesa de Museus. Boletim Trimestral*, n.º 18, Dezembro, p. 11-16.

Custódio, Jorge (2016). A Fábrica de Descasque de Arroz da Casa Cadaval. *Património Industrial de Muge. Separata de Magos. Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos*, 3, Ano de 2016. Salvaterra de Magos: Câmara Municipal, p. 167-220.

Custódio, Jorge (2017). Museologia dos museus do vinho e da vinha. Para uma mudança cultural pública de «museus marginalizados». In 2.º Encontro Nacional de Museus do Vinho. *Comunicações*. Régua: Museu do Douro (no prelo).

Damas, Carlos Alberto (1999). Património e Arquivos Empresariais. In *Arqueologia & História*, n.º 2/3, Lisboa: APPAI, 1999, p. 219-226.

Matos, Ana Cardoso de; Sampaio, Maria da Luz (2014). Património Industrial e Museologia em Portugal. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*. V. 3, n.º 5 (2014), p. 95-112.

Mendes, J. Amado (2012). O património industrial na museologia contemporânea. *Ubmuseum – Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*. N.1 (2012), p. 89-104. [Acessível: <http://www.ubmuseum.ubi.pt/n01/docs/ubmuseum-n01-pdf/CS3-mendes-jose-amado-o-patrimonio-industrial.pdf>]

Nevell, Michael (2005). The Social Archaeology of Industrialisation. The Example of Manchester During the 17th and 18th Centuries. In *Industrial Archaeology. Future Directions* (Editado por Eleanor Conlin Casella e James Symonds). Nova Iorque: Springer, p. 59-75.

Património Técnico-Industrial Classificado em Portugal. In *Arqueologia & História*. N.º 2/3. Lisboa: APPAI, 1999, p. 280-284.

Sampaio, Maria da Luz Braga (2015). *Da Fábrica para o Museu. Identificação, Patrimonialização e Difusão da Cultura Técnico-Industrial*. Tese apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Doutor em História e Filosofia das Ciências. Especialidade de Museologia. Évora.

NOTAS

1. “Sobre Legislação: Ponto 7”. In *Fórum do Património 2017. Declaração Final*, 10 de Abril de 2017.

2. Documento da Intervenção da APPI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, na conferência de Imprensa, Centro Nacional de Cultura, em 27 de Janeiro de 2017.

3. Em 1999, eram 16 os monumentos industriais inscritos no Património Mundial da UNESCO. Depois de 2003, devido à intervenção do Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial (TICCIH), das reuniões realizadas entre esta organização e o ICOMOS – Comité Internacional dos Monumentos e Sítios, as classificações de monumentos e paisagens

do Património Industrial, não só cresceram, como resultaram de um aprofundamento de orientações endógenas mais explícitas quanto à matéria patrimonial a classificar.

4. Aliás, mais esforço e trabalho qualificado de alguns técnicos profundamente empenhados do que a expressão de directivas de serviço ou da definição de princípios inovadores.

5. Portugal assinou a Carta de Bruxelas (2009), sobre o valor económico do Património Cultural. Algo vai mal no Reino da Dinamarca.

6. Declaração da APPI, 27 de Janeiro de 2017, *Idem, ibidem*.

7. *Idem, ibidem*.

8. Uma das sínteses do programa de pesquisa de longa duração para a compreensão arqueológica das transformações ocorridas com a revolução industrial no território de Manchester.

9. Especificamente em Ashton e Longdendale.

10. Reservamos uma interpretação mais aprofundada para um dos estudos que estamos a desenvolver e será publicado.

11. As autarquias revelam ser um interessante agente promotor da conservação e valorização do património industrial e técnico (por vezes implicando salvaguarda e classificação de imóveis de interesse municipal). Todavia cada município trabalha para si, de forma endógena, sendo raro as parcerias ou rotas, ou a influência sobre outros municípios para potenciar a salvaguarda ou valorização de valores comuns. Todavia, o enorme esforço municipal de valorização do património industrial está à margem de uma direcção política comum, de um pensamento unificado e sempre fora de um esquema regulador capaz de estabelecer sinergias e inovação.

12. São apenas indicados os casos genéricos de unidades fabris que foram objecto de protecção, preservação, classificação ou salvaguarda. Muitos dos casos de classificação em Portugal dizem apenas respeito à arquitectura do edifício, em especial, ao aspecto artístico.

13. Alguns deles podem ter a dupla característica de arqueológicos-industriais, como resultado de intervenções arqueológicas da especialidade.

14. Neste caso dão-se apenas exemplos de maior ou menor abstracção. Não é, portanto, uma identificação exaustiva, nem completa.

15. Em 2005, a palavra “sítios” foi “utilizada para referir as paisagens, instalações, edifícios, estruturas e maquinaria, excepto quando estes termos” eram utilizados num sentido mais específico. Carta do Património Industrial. Nizhny Tagil, 2003 (*Tradução da responsabilidade da APPI – Associação Portuguesa para o Património Industrial*).

16. De acordo com a Carta do Património Industrial referidas as construções, identificam-se como sendo: “edifícios, oficinas, fábricas, minas, locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte, estruturas e infraestruturas”, assim como locais onde se processam actividades sociais relacionadas com a indústria, a saber “habitações, locais de culto ou de educação” (1. Definição de património industrial, *idem, ibidem*).

17. Cf. Custódio, 2005; Mendes, 2012; Matos & Sampaio, 2014 e Sampaio, 2015. Desde 2012, o crescimento deste tipo de museus aumentou. O número apresentado por Amado Mendes era de 81 museus com património industrial integrado, embora haja controvérsia em relação a alguns apresentados, e outros estejam já encerrados.

18. Consultámos a base de dados dos serviços da Rede de Museus de Portugal e as fontes referidas, para além da base de dados em construção do Grupo de Trabalho de Museus Industriais da APPI. Entretanto surgiu o Museu da metalúrgica Duarte Ferreira, no Tramagal (2017).

19. Cf. www.roteirodeminas.pt; <http://museusdaenergia.org/>. A rede dos museus da Vinha e do Vinho foi constituída em 2008. Estes roteiros e redes integram museus listados no cômputo dos museus industriais e técnicos portugueses.

O TEU *sonho.* O NOSSO COMPROMISSO



LICENCIATURAS

Engenharia da Construção e Reabilitação
Engenharia de Segurança no Trabalho
Engenharia de Proteção Civil

MESTRADOS

Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho
Riscos e Proteção Civil

PÓS-GRADUAÇÕES

Reabilitação do Património Edificado

CURSOS TÉCNICOS SUPERIORES PROFISSIONAIS

Sistemas de Gestão da Qualidade
Proteção Civil e Socorro

CURSOS DE CURTA DURAÇÃO

Técnico de Segurança no Trabalho
Segurança Contra Incêndios em Edifícios

+23 ANOS

REGIME ESPECIAL
DE ACESSO AO
ENSINO SUPERIOR
CANDIDATURAS ABERTAS

SISTEMA DE CREDITAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

CREDITAÇÃO DE FORMAÇÃO SUPERIOR,
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
E FORMAÇÃO NÃO SUPERIOR.

Campus

Alameda das Linhas de Torres, 179 Lisboa
t. 217 541 310 e. info@iseclisboa.pt

iseclisboa.pt

Lisboa, capital europeia da demolição

O que fazer?

Paulo Ferrero | Economista, Fórum Cidadania Lx | paulo.ferrero@gmail.com

“Reabilitação urbana é a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial ...”.

in site da Câmara Municipal de Lisboa

Constatação de facto: a definição de “reabilitação urbana” apresentada pela CML no seu próprio site e aqui reproduzida não é cumprida, desde logo, pela própria CML. Porque se o fosse não viveríamos na “capital europeia da demolição”.

Apresentamos, portanto, algumas razões para que o preâmbulo do site da CML seja apenas uma virtualidade e Lisboa seja efectivamente considerada a “capital europeia da demolição”.

A expressão “reabilitação urbana” é um chavão, que quer dizer muito pouco ou quase nada:

- As estatísticas oficiais usam e abusam da “arte de mentir” e são apenas para “inglês ver” e para as revistas replicarem.
- Por cá, continuam a copiar-se as más práticas em vez das boas, uma vez que “lá fora” há muito que se tenta recuperar o que se perdeu à custa do que agora copiamos.
- Paradoxalmente, ou talvez não, se existissem mais proprietários (como nós) do que grandes imobiliárias especuladoras, o panorama seria muito diferente, para melhor.
- Na tal Lisboa “cerzida” exemplarmente, segundo alguns, em inúmeros loteamentos, emparcelamentos, planos de pormenor e de urbanização, o que vale, no fim, é a gula das TRIUS e afins, e o “interesse excepcional” das excepções às regras (ex. PDM) e alterações aos planos (ex. Alfama e restantes bairros históricos).
- Tudo isto assenta ainda em mitos urbanos que continuam irrevogáveis (prédios antigos a cair, de que ninguém gosta, recuperá-los é caro e moroso, etc.).



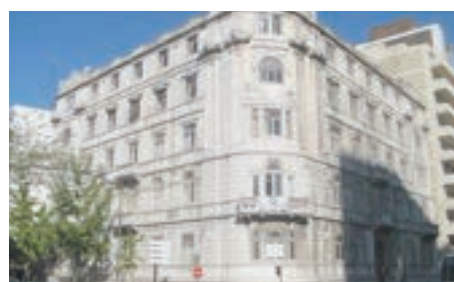
E no facto de Lisboa ter ainda muito filão para camartelo, começando pelos edifícios desprotegidos de finais do século XIX e princípios do XX (ex. Avenidas Novas e arredores, mas também Campo de Ourique, Lapa, Alcântara, Arroios, entre outros), e passando

aos palácios de outros séculos de gente falida e, mais recentemente, até aos Déco e aos modernistas, nem estes escapam. E ainda há que alinhar as cêrceas dos quarteirões, até porque uma população maioritariamente indiferente e inactiva a isso ajuda.

“

A solução passa, nesta fase, pelo incremento da militância bairro a bairro, organizada sem medos ou reticências em associações ou movimentos locais, bem assessorada do ponto de vista jurídico-administrativo, e capaz de fundamentar, interpor e ganhar providências cautelares, conseguindo reverter os processos, pela nulidade dos despachos de “reabilitação”, garantido indenizações à cidade e a reconstrução dos edifícios.

”



Demolições travestidas de reabilitação.

A. Através de ampliações desmesuradas para cima – “cabeçudos” – e para os lados e para trás, com tudo o que isso implica de mais receitas de TRIU, ocupação do logradouro, abate de cocheiras e pátios, etc.

1 | Rua Castilho / Rua Rosa Araújo
(Bairro Barata Salgueiro).

PIP aprovado no mandato 2009-2013.

2 | Rua Rosa Araújo / Rua Mouzinho da Silveira
(Bairro Barata Salgueiro).

PIP aprovado no mandato 2009-2013.

3 | Avenida da República, 25.

PIP aprovado no mandato 2009-2013.



**Demolições travestidas de reabilitação.
B. Através do recurso à chancela de "autor".**

4 | Rua Rosa Araújo, 49.
PIP aprovado no mandato 2009-2013.
Projecto do arquitecto Aires Mateus
(o edifício original era um dos raros de
Nicola Bigaglia em Lisboa).

5 | Rua do Alecrim / Largo Barão Quintela
(ampliação do Hotel do Chiado).
PIP aprovado no mandato 2009-2013.
Projecto do arquitecto Souto Moura.

**Demolições travestidas de reabilitação.
Acumula A. e B.**

6 | Rua Rosa Araújo (Bairro Barata
Salgueiro).
PIP aprovado no mandato 2009-2013.
Projecto do arquitecto Frederico Valsassina.



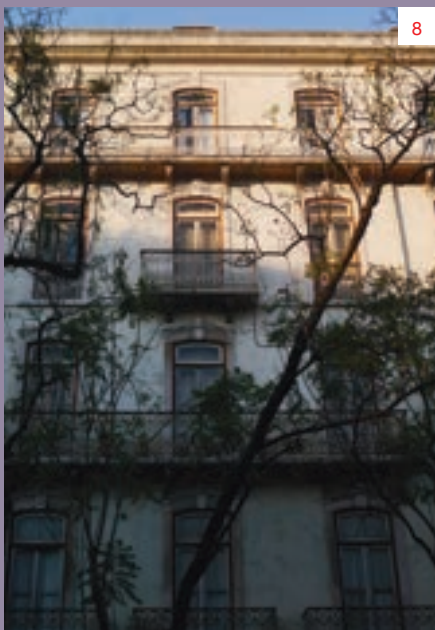


7

Reabilitações em prédios que não precisavam de “reabilitação”

7 | Rua Alexandre Herculano / Rua Mouzinho da Silveira.
PIP aprovado no mandato 2009-2013.

8 | Rua Alexandre Herculano / Rua Rodrigo da Fonseca.
PIP aprovado no mandato 2013-2017.



8

· A tudo isto não é indiferente a “chancela de autor”, de arquitecto de firma “reconhecida”, mas sem pudor, que muitas vezes se apenas aos pedidos de informação prévia (PIP) a submeter à CML, e que esta subservientemente aprova, sempre com elevada estima e consideração (ex. o prédio da Praça das Flores, a moradia demolida na Lapa, o “mono do Rato” ou, claro, o caso de estudo por excelência: a casa de Almeida Garrett, em Santa Isabel).

· Daí aos direitos adquiridos pelo promotor é tudo uma questão de pró-forma, até porque a grande maioria dos projectos nem vai à reunião do executivo, apenas a despacho, e por isso só os gabinetes intra-CML os conhecem em detalhe.

· Rapidamente, e não poucas vezes, os PIP e projectos aprovados trocam de mãos quase de imediato, sendo os edifícios revendidos e mais-valias asseguradas, ou seja, é “emitida moeda”.

· Mas tarde, quiçá, seguir-se-ão alterações durante a obra, de que quase ninguém se aperceberá (ex. obra no Palácio Rio Maior/Anunciada).

Voltando ao início e à raiz do problema, tudo isto é possível porque:

· A CML faz “letra morta” do inventário municipal anexo ao PDM e os técnicos da salvaguarda são completamente ignorados.

· Há sempre alguém que se lembra de “agilizar processos” e criar protocolos e comissões técnicas de apreciação, que fazem “gato-sapato” da cidade em tudo quanto seja edifício em zona de protecção, ou simplesmente inventariado em zona histórica, sem prestar contas a ninguém, que não a terceiros, porventura.

· As nossas elites são manifestamente desinteressadas e complacentes e faltam-nos instituições da sociedade civil (fundações, associações como em Inglaterra ou Itália, por exemplo) com prestígio, liderança e visi-

bilidade de modo que um “não” da sua parte signifique mesmo NÃO.

· Nem a CML nem a DGPC estão do lado do Património, exemplos disso estão aí ao virar da esquina.

· E o legislador continua a fazer de conta em relação à figura de crime urbanístico, comprovando-se assim o nosso atraso geracional, inclusive em relação a Espanha.

Solução para encurtar o atraso geracional?

Reclamações por escrito? *Petições à CML, à AML e à AR?* Não, caem em saco roto.

Participação em discussões públicas/sessões de esclarecimento? Não, são perda de tempo.

Recorrer aos media? Talvez, depende do interesse mediático da matéria em apreço.

Recorrer à Provedoria de Justiça/Ministério Público? Talvez sim, talvez não, depende do estado do processo e da gravidade da ilegalidade, respectivamente.

A solução passa, nesta fase, pelo incremento da militância bairro a bairro, organizada sem medos ou reticências em associações ou movimentos locais, bem assessorada do ponto de vista jurídico-administrativo, e capaz de fundamentar, interpor e ganhar providências cautelares, conseguindo reverter os processos, pela nulidade dos despachos de “reabilitação”, garantido indemnizações à cidade e a reconstrução dos edifícios.

Se não fizermos nada em contrário, rapidamente Lisboa, a breve trecho, não terá mais património de transição dos séculos XIX-XX, do que ainda nos resta de Arte Nova, dos edifícios Art-Déco e mesmo dos modernistas, até aqui julgados intocáveis pela sua carga corporativista.

Ou seja, apenas nos restarão os escassos exemplares classificados de interesse Municipal, Público ou Nacional, e muitas fotos de arquivo. ■



Arquitectura em Terra

O trabalho desenvolvido pela Associação Centro da Terra

Ana Maria Perdigão Antunes | Arquitecta, Presidente da Associação Centro da Terra | anaantunescdt@gmail.com

A Associação Centro da Terra é uma associação que tem em foco especificamente a Arquitectura em Terra. Na realidade, esta está presente na maioria do nosso património construído em todo o País. Sendo a Terra um material natural presente em todo o território, serão as suas características, qualidades e quantidades disponíveis no local que vão determinar a técnica construtiva com a qual ela será utilizada em cada construção.

E

m Portugal, podemos encontrar a terra aplicada segundo diferentes técnicas e métodos construtivos. Estas construções, muitas delas com centenas de anos, chegam até aos nossos dias como testemunho de culturas ancestrais e da sua durabilidade e qualidade.

Com a Industrialização, a expansão do betão armado e os novos materiais e técnicas, surge um novo mercado da construção. Este mercado de valores incalculáveis que não olha a meios para assegurar o seu crescimento e controlo, marca a sua presença, primeiramente, através da proliferação da mensagem de supremacia das novas técnicas sobre os métodos tradicionais de construção. Uma divulgação que enfatiza as eventuais fragilidades da arquitectura de Terra, e que resulta na proliferação de preconceitos, conduzindo ao pior dos preconceitos – a Ignorância.

A Arquitectura em Terra, como as restantes formas tradicionais de construção, sobrevivia na transmissão dos saberes antigos, de geração em geração, reflexo de culturas e sociedades e directamente ligada ao meio ambiente e à relação do homem com a natureza. Ao quebrar esta cadeia de conhecimentos, estes saberes caíram no esquecimento.

1 | Oficinas.

2 | Formações.

3 | 1.ª Mesa Redonda – Enquadramento Legal e Normativo da Construção em Terra em Portugal.



Nos anos 60, com uma maior sensibilidade da relação do homem com o meio ambiente e a procura da preservação do Património, a Terra surge lentamente dentro de um grupo de estudiosos e pessoas sensíveis a estas questões. Vemos nascer o interesse por esta construção através do estudo das técnicas tradicionais, mas também na procura da evolução, de forma a adaptar às novas exigências e necessidades da sociedade contemporânea.

Após algumas lições que sacrificaram em parte o nosso património, já somos capazes de reconhecer que para podermos intervir no Património de Arquitectura em Terra necessitamos antes de mais, conhecer profundamente as técnicas, soluções construtivas e características do material.

Para combater a Ignorância e conseguir o ressurgimento destas técnicas, a CdT tem vindo a desenvolver diversas actividades de recolha e partilha deste conhecimento e de experiências, a nível nacional e internacional, reunindo profissionais e estudiosos, e envolvendo diversas entidades desde Universidades e Câmaras Municipais. Através de acções de informação e sensibilização junto dos profissionais e público em geral, assim como na criação de programas para a formação de profissionais com competências para o desenvolvimento de projecto e construção, no que concerne a este material e suas tecnologias.

Mas, actualmente, deparamo-nos com um novo paradigma. Se é verdade que nos últimos 20 anos se tem vindo a assistir a um crescente interesse pelas técnicas de construção em Terra e a sua aplicação na Arquitectura Contemporânea, também é verdade a grande dificuldade que testemunham os projectistas e construtores para conseguir, com este material e técnicas, dar resposta a requisitos legais, orientados para os materiais correntes do mercado da construção civil.

De facto, todas as técnicas ancestrais de construção em Terra têm agora que satisfazer requisitos normativos, que apontam para caminhos e soluções que são muitas vezes contraditórios e incompatíveis com as características deste material.

Será que, mais uma vez, vamos ver a Arquitectura em Terra desaparecer? O que pode ser alterado?

Consciente da existência do vasto e valioso património construído em terra, no nosso país e as dificuldades de enquadramento para a preservação e continuidade da Arquitectura em Terra, a CdT apostou em dois importantes projectos:

- o Mapeamento da Construção em Terra em Território Português – Consiste na criação de uma plataforma interactiva de georreferenciação e caracterização que poderá ser explorada e alimentada pelo público que queira participar nesta compilação. Permitindo que todos

possam tomar conhecimento do efectivo património em terra existente em Portugal, suas características e os seus vários intervenientes;

- o Enquadramento Legal e Normativo da Construção em Terra no Território Português.

Desta forma a CdT desenvolve o seu trabalho em prol da valorização, reconhecimento, preservação e evolução da Arquitectura em Terra. Acreditando sempre que a Terra representa uma solução real de sustentabilidade, com valor cultural, ambiental e humano. ■

** Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.*



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017
Intervenção de Ana Antunes
(Associação Centro da Terra)

O PROJECTO

“ENQUADRAMENTO LEGAL E NORMATIVO DA CONSTRUÇÃO EM TERRA NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS”

A CdT tem promovido um conjunto de encontros onde procura dinamizar um grande debate a nível nacional, para a discussão de dois temas preponderantes na construção, térmica e estruturas. Os temas serão abordados em sessões distintas de forma a recolher o conhecimento e confrontar ideias baseadas na experiência de projectistas e construtores e no saber dos investigadores, especialistas nesta temática.

O projecto tem como objectivo reconhecer o real panorama da Arquitectura em Terra em Portugal quanto ao seu enquadramento Legal e Normativo, e identificar as necessidades de informação e investigação neste campo. Pretende-se desenvolver um documento com as linhas orientadoras que auxilie todos os profissionais nesta área e permita a revisão e criação de regulamentação coerente com esta construção.

2.ªs Mesas Redondas com os Investigadores:
Térmica | 16 Set
Estruturas | Out *

Para mais informações e visualização dos vídeos das 1.ªs Mesas Redondas [visite o fórum do projecto.](#)

* Data a confirmar.



BAIXA POMBALINA

Sede da Ordem dos Engenheiros Técnicos



REABILITAÇÃO E REFORÇO SÍSMICO

José Manuel Mendes Delgado



ORDEM DOS
ENGENHEIROS
TÉCNICOS

simplicidade e modernidade

A OET representa todos os profissionais de Engenharia.

www.oet.pt



Informática



Mecânica



Proteção Civil



Química e Biológica



Segurança



Transportes



Industrial e da Qualidade



Geotécnica e Minas



Geográfica / Topográfica



Energia e Sistemas de Potência



Eletrónica e de Telecomunicações



Civil



Ambiente



Alimentar



Agrária



Aeronáutica



Palácio de Valflores, ca(u)sa nossa!

*Salvaguarda e valorização do Palácio e Quinta de Valflores
(Santa Iria de Azóia, Loures)*

Florbela Estevão, Ana Lopes | ADAL – Associação de Defesa do Ambiente e Património de Loures | adaloures@gmail.com

O

Palácio e Quinta de Valflores localiza-se na povoação de Santa Iria de Azóia, concelho de Loures, e constitui um conjunto patrimonial quinhentista de inegável valor. Trata-se de uma casa de campo senhorial, ou seja, uma residência civil, construída no século XVI, de feição renascentista, apresentando numa das fachadas, embora hoje já bastante arruinada, uma magnífica *loggia* voltada ao Tejo. Estamos perante um dos poucos exemplares deste tipo de edificações, não só no distrito de Lisboa, mas também no resto do país, como assinalaram vários historiadores. Na realidade, existem já poucas casas senhoriais deste género e época, e, mais ainda, que tenham chegado até aos nossos dias com poucas alterações em relação à construção inicial. A sua valia foi corroborada pela classificação como Imóvel de Interesse Público em 1982, diploma que estabeleceu igualmente uma zona especial de proteção.¹

De facto, estamos em presença de um conjunto patrimonial que integra, além do palácio, várias estruturas hidráulicas, com destaque para os aquedutos, bem como alguns anexos de apoio à produção agrícola. Assim, o que está em causa não se reduz somente ao dito palácio, mas inclui todas as outras estruturas que ainda subsistem relacionadas com a antiga quinta, o que significa que qualquer projeto de salvaguarda, consolidação e reabilitação terá indubitavelmente que levar isso em consideração.

Esta morada senhorial foi mandada erigir por Jorge de Barros, fidalgo da Casa Real de D. João III. Esse importante fidalgo possuía uma casa em Lisboa, mas escolheu esta propriedade, com o seu palácio, como cabeça do morgadio, para onde se terá arredado por alguns períodos, para fugir ao bulício de Lisboa e da Corte, e poder assim fruir a natureza, bem ao espírito humanista da época. Sabemos que Jorge de Barros desempenhou o cargo de feitor na Flandres, relevante centro



comercial e cultural da altura, e prestou igualmente outros serviços ao monarca, nomeadamente deslocando-se a Roma. Talvez esteja nestas suas estadias no estrangeiro, onde tomou conhecimento do espírito humanista desse tempo², a razão que o terá inspirado a optar por este tipo de casa rural perto da cidade de Lisboa. Essa influência italiana transparece quer na planta do edifício, quer no desenho dos alçados norte e sul do mesmo.

Com efeito, a casa senhorial, erguida na encosta de uma propriedade rural, apresenta uma planta quadrangular com dois pisos e um sobrado nos torreões e capela adossada. A residência está virada a sul, mas, para aquele que a visita, o que ressalta é a sua posição sobranceira em relação ao vale contíguo e, a

distância, ao Tejo. Por isso, a fachada principal do edifício possuía uma graciosa e ampla galeria aberta para a paisagem, a *loggia*, grande e larga varanda à italiana, constituída por arcos abatidos sobre colunas toscanas. O que lhe confere o cariz típico das “vilas renascentistas” é a racionalidade do projeto, especialmente do piso nobre, com uma grande sala que desemboca naquela *loggia*, ladeada por outros compartimentos; são as molduras das portas e janelas ao estilo renascentista, bem como os cunhais em pedra rustificada próprias desse estilo, como elemento recuperado do período romano. Mesmo os torreões com ameias, que para alguns autores têm ainda um sabor medieval, aparecem em construções importantes italianas do Renascimento, incluindo edificações papais em Roma, bem conhecidas.

1 | Palácio de Valflores na década de 1980. © Câmara Municipal de Loures.

2 | Pormenor de um dos aquedutos da Quinta, elemento representativo das estruturas hidráulicas existentes.

3 | Palácio de Valflores em 2016, onde é possível ver o que resta da loggia. © Câmara Municipal de Loures.

Os momentos mais importantes na vida da Quinta e Palácio de Valflores

Conforme já foi referido, em 1550 Jorge de Barros constrói um paço rural e institui o morgadio de Valflores. Com efeito, o morgadio da Quinta de Valflores teve como primeira proprietária a família Barros (mais tarde, quando a propriedade passou para a linha colateral da família, passou a designar-se Barros e Vasconcelos). Após a sua morte, a propriedade foi herdada por sua filha, D. Luísa de Barros, casada com um nobre desaparecido na Batalha de Alcácer Quibir. Em seguida, passou para um familiar e assim se manteve, por descendência, ao longo de nove gerações, até aos finais do século XIX.

Na 2.^a metade do século XIX, D. Pedro Clímaco de Alcântara de Barros e Vasconcelos acabou por perder este conjunto para credores, ficando a propriedade na posse de brasileiros. Todavia, em 1870, sabemos que ela foi adquirida pela família Reynolds, que logo a arrendou³, perdendo a sua importância como lugar de excelência ao nível habitacional. Este desinteresse terá possivelmente contribuído para a sua progressiva ruína, a qual se acentuou nos finais da década de setenta do século XX, de tal forma que levou a uma primeira intervenção das entidades públicas responsáveis pelo património cultural no sentido da sua salvaguarda.

Com efeito, devido ao estado de abandono do Palácio, em 1979, o proprietário foi notificado, pela Secretaria de Estado da Cultura e pela Câmara Municipal de Loures, para proceder a obras de manutenção. E, um ano depois, surgiu o primeiro plano de intervenção da responsabilidade das entidades mencionadas, plano esse que visava a consolidação estrutural, reconstrução de



2

3



coberturas e restauro dos tetos primitivos. Infelizmente, esse programa nunca foi concretizado, por falta dos meios necessários à sua prossecução.

Paralelamente, as entidades competentes procuraram atuar noutra frente: garantir a sua proteção legal pela via da classificação. Em 1982, é publicado o Decreto n.º 28/82, de 26 de fevereiro, que classifica o conjunto como Imóvel de Interesse Público, englobando o Palácio e a Quinta, com delimitação de uma zona especial de proteção, conforme já foi mencionado acima. Este instrumento legal garantiu a necessidade da sua preservação, mas não resolveu o impasse entre as entidades públicas e o proprietário, em que a falta de meios financeiros continuou a ser o maior obstáculo para uma resposta satisfatória à situação de degradação.

Pouco depois, em 1998, o conjunto voltou a sofrer nova vicissitude com a construção

da acessibilidade IC10. Esta obra implicou a amputação de uma parte da ZEP (zona especial de proteção) sem que disso decorresse qualquer contrapartida em favor da valorização deste património classificado. O impacto negativo também se notou ao nível do ruído assim provocado, prejudicando a leitura e contemplação da paisagem do vale e sua ligação visual ao Tejo e à lezíria.

O ano de 2000 representou o início de uma fase muito negativa para todo o conjunto em causa. Na realidade, a partir desta data, terminou a exploração económica da propriedade, o que amplificou o estado de abandono geral. A ausência do rendeiro, que utilizava a antiga residência nobre para armazenar parte da sua produção agrícola, aumentou a tendência para a ruína. A “varanda das abóboras”, como era conhecida a *loggia* pelos habitantes locais, sofreu uma derrocada parcial em 2001, com o abatimento do colunelo.



Em 2004, a Câmara Municipal de Loures, o Instituto Português do Património Arquitectónico e a Valorsul manifestaram a sua disponibilidade para a aquisição e recuperação do palácio, cabendo então à última instituição referenciada o papel de entidade financiadora da intervenção. Esta iniciativa tinha a intenção de recorrer a financiamento externo europeu. Tal propósito não foi autorizado pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos, entidade que não reconheceu a compatibilidade da operação com o objeto social da Valorsul. Passado dois anos, o Palácio de Valflores passou para propriedade municipal.

A integração do Palácio de Valflores, em outubro de 2016, na lista dos catorze monumentos mais ameaçados da Europa pela *Europa Nostra*, trouxe novamente para a agenda política a premência da sua salvaguarda. Nesse mesmo ano, a Câmara Municipal de Loures promoveu a candidatura “Reabilitação e Qualificação do Património Cultural – Quinta e Palácio de Valflores – 2.ª e 3.ª fases” ao *Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020*⁴, integrando uma rede de parcerias das quais a ADAL participa como um dos elementos.

Contributo da ADAL para a defesa do Palácio

Desde 2004 que a ADAL fez da defesa da Quinta e do Palácio uma das suas principais causas através de um conjunto de iniciativas de advertência, sensibilização e informação, tanto junto da opinião pública como dos decisores públicos. Várias dessas ações inserem-se numa iniciativa anual designada “Positivo e Negativo do Ano”, acontecimento que procura destacar aspetos positivos e negativos junto da opinião pública e das entidades competentes. Entre 2005 e 2015

elegeu oito vezes o estado de degradação e ruína do Palácio como Aspeto Negativo do ano, no domínio do Património. Este facto contribuiu para alertar a população e as entidades públicas para a necessidade de agir perante uma situação tão carente de medidas urgentes. Para assinalar a *Jornada Internacional dos Monumentos e Sítios* de 18 de abril de 2006, a ADAL colaborou, juntamente com a Associação de Defesa do Património Ambiental e Cultural de Santa Iria de Azóia (ADPAC) e com a Junta de Freguesia de Santa Iria de Azóia, no evento, “Dar Luz ao Palácio e Iluminar os Ministros”, traduzindo-se numa iniciativa de sensibilização pública.

Em 2007, para assinalar o *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios*, promoveu a realização de uma caminhada entre o Castelo de Periscope e o Palácio de Valflores denunciando publicamente o estado de derrocada do imóvel e o aparente alheamento das entidades públicas responsáveis. No ano seguinte, a mesma efeméride foi assinalada com o envio diário de um fax, no período de 14 a 20 de abril, para as entidades responsáveis, enfatizando a falta de resposta para a salvaguarda deste monumento. Nova ideia em 2009, a de um porquinho-mealheiro oferecido às instituições responsáveis, como sugestão para a recolha de contributos de forma a colmatar as insuficiências financeiras dos gestores da coisa pública.

Mais recentemente, em junho de 2017, a Associação promoveu um percurso pedonal inserido desta vez na sua atividade anual “Pelos Trilhos do Património e da Natureza”, o qual envolveu uma visita guiada ao Palácio, com o apoio da Câmara Municipal de Loures, e foi mais uma oportunidade não só de conhecer a história desta casa senhorial, como também o projeto de intervenção em curso.

4 | Percurso do Palácio ao Castelo realizado em junho de 2017, iniciativa que se insere no programa Pelos Trilhos do Património e da Natureza promovidos pela ADAL.

Oportunidade e parcerias

Finalmente, é notória uma nova atitude por parte dos poderes públicos em relação a este conjunto patrimonial na procura de soluções, que implicam meios de financiamento, mas também uma rede de parcerias de vária índole que possam contribuir para uma visão integrada e sustentável do conjunto em apreço. Nesse sentido, em 2015 o local foi visitado pelo então Ministro da Cultura, a convite da Câmara Municipal de Loures, comprovando-se, uma vez mais, a necessidade de recuperar este exemplar de arquitetura residencial do século XVI. Continuando este desígnio, a autarquia promoveu uma candidatura no âmbito do PORLisboa – Reabilitação e Qualificação do Património Cultural – Quinta e Palácio de Valflores, que reúne várias parcerias, nas quais a ADAL também se inclui.

O contributo da associação insere-se em ações de valorização do monumento durante e após a obra; na divulgação das várias iniciativas desenvolvidas pelos parceiros; e no apoio à conceptualização da futura utilização da infraestrutura. Podemos afirmar que esta colaboração se enquadra numa nova postura dos poderes públicos relativamente às associações locais, reconhecendo-lhes os contributos dados e também o seu papel no processo presente e futuro de melhoria das condições públicas de vida. ■

NOTAS

1. Conforme o artigo 2.º do Decreto n.º 28/82, de 26 de fevereiro, é classificado como imóvel de interesse público, “Distrito de Lisboa: Concelho de Loures: Quinta de Valflores, na freguesia de Santa Iria de Azóia”. Todavia, através do n.º 4 do artigo 2.º do Decreto n.º 5/2002, de 19 de fevereiro, é procedida à seguinte alteração “Decreto do Governo n.º 28/82, de 26 de Fevereiro, na parte referente à «Quinta de Valflores», na freguesia de Santa Iria de Azóia, concelho de Loures, distrito de Lisboa, classificada como imóvel de interesse público, passa a ter a seguinte redação: Quinta de Valflores, na Rua de Valflores, junto às escadinhas da fonte, em Via Rara, freguesia de Santa Iria de Azóia, município de Loures, distrito de Lisboa”.
2. Movimento cultural que valorizava o regresso ao classicismo, o contacto com a natureza, ligado por isso à edificação de “vilas”, nomeadamente em Itália, para residências de campo dos seus proprietários.
3. Ainda em 1899, Anselmo Braamcamp Freire descrevia Valflores como “linda casa quinhentista, ainda de regular estado de conservação” (“Brasões da Sala de Sintra”, 1927).
4. Aviso n.º LISBOA-14-2016-01, Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, do Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020, Portugal 2020. Eixo Prioritário 4 – Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos, na Prioridade de Investimento 6.3 (6c) – Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.

Fazer da defesa do património uma causa partilhada

Florbela Estevão, Ana Lopes | ADAL – Associação de Defesa do Ambiente e Património de Loures | adaloures@gmail.com

A Associação Linha de Defesa / ADAL (Associação de Defesa do Ambiente e Património de Loures) foi formalmente constituída em 21 de janeiro de 2008, e caracteriza-se por ser uma associação de defesa do ambiente e do património de âmbito local, com intervenção no concelho de Loures. Os seus objetivos fundamentais são a defesa do equilíbrio ambiental e da saúde pública, bem como do património cultural. Esta instituição possui, desde 1 de setembro de 2009, o estatuto de ONGA de âmbito local.



A atividade da ADAL¹ prende-se com a promoção de uma atitude mais informada e exigente por parte dos cidadãos, procurando deste modo desenvolver um conhecimento mais vasto sobre as questões ambientais e patrimoniais junto das populações, desiderato essencial para uma atitude consciente e crítica.² Outro domínio da sua área de intervenção consiste na participação ativa no processo de audição e consulta de associações ambientalistas e outras, procurando nesses fóruns representar os interesses locais e das populações da sua área geográfica de intervenção. Assim, podemos afirmar que a sua ação visa defender intransigentemente que as populações do concelho de Loures obtenham algum equilíbrio ambiental e se empenhem na defesa do património, aspetos essenciais para uma vivência de qualidade. O que está em causa será, pois, promover uma consciência crítica ao nível da sociedade civil através de ações concertadas, incluindo parcerias com outras entidades, de forma a contribuir, em última análise, para a delimitação de estratégias que promovam a requalificação do território e a melhoria da qualidade de vida daqueles que o habitam.

Por conseguinte, a ADAL está sempre atenta no sentido de exigir de todas as entidades com responsabilidades políticas e técnicas o fornecimento de informações sobre matérias relacionadas com o seu âmbito de atuação. Uma das suas preocupações é relativa ao acompanhamento dos dados disponibilizados sobre a instalação e funcionamento de unidades industriais e equipamentos ambientais, em

todas as suas fases, ou de outras infraestruturas e equipamentos aos quais estejam associados impactos ambientais ou patrimoniais. Precisamente, duas das suas maiores causas atuais – pelas quais tem concretizado várias iniciativas com o propósito da sua valorização – são a Frente Ribeirinha e o Palácio de Valflores.

A participação da ADAL no *Fórum do Património 2017* – particularmente no subtema III.2 – “Formas de sensibilização dos decisores e da opinião pública” – procurou demonstrar o papel que uma ONG de carácter local pode assumir na defesa do Património, com enfoque no caso concreto adotado pela associação como causa principal ao longo dos últimos doze anos, ou seja, o Palácio e Quinta de Valflores. Simultaneamente, o nosso contributo pretende igualmente evidenciar a importância fulcral das medidas de financiamento dirigidas para este domínio e o papel das parcerias orientadas para as soluções.³ ■

NOTAS

1. Para saber mais sobre os objetivos e atividades da ADAL poderá consultar o site: <http://www.adaloures.pt>.
2. A ADAL tem concretizado ao longo da sua existência várias iniciativas que visam a divulgação de informação e a promoção do debate em torno das questões ambientais e patrimoniais. Para saber mais sobre a sua atividade sugerimos a consulta do site, bem como do boletim, também online, *Linha de Defesa*, e a sua página de Facebook.
3. Exemplo positivo deste propósito é o projeto de Reabilitação e Qualificação do Património Cultural – “Quinta e Palácio de Valflores” promovido pela autarquia, do qual a ADAL é um dos parceiros. Com efeito, reunindo sinergias de várias entidades públicas e privadas, a Câmara Municipal de Loures lidera a candidatura a fundos europeus, condição essencial que permitirá arrancar com as várias ações de consolidação deste importante imóvel de valor indiscutível. A referida candidatura enquadra-se no quadro do Aviso n.º LISBOA-14-2016-01, Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, do Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020, Portugal 2020, apresenta-se a candidatura – REABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL - QUINTA E PALÁCIO DE VALFLORES 2.ª e 3.ª Fases – ao Eixo Prioritário 4 – Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos, Prioridade de Investimento 6.3 (6c) – Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.

FRENTE RIBEIRINHA DO TEJO EM LOURES

LER MAIS
AQUI

A necessidade de um Plano de Ordenamento para a Frente Ribeirinha do Tejo em Loures tem sido uma das causas da ADAL ao longo de vários anos, alertando, uma vez mais, a opinião pública e as entidades responsáveis para a premência de travar a ocupação desqualificada e desqualificadora deste território. Dezoito anos após a esperança que a EXPO-98 trouxe a Lisboa e Loures Oriental, verifica-se uma estagnação completa de qualquer perspectiva da justificada regeneração no território pertencente a Loures. Importa, pois, elaborar um Plano de Ordenamento para a margem Norte do Tejo no distrito de Lisboa, com audição séria e prévia das populações, que possibilite um desenvolvimento sustentável, harmonioso e equilibrado.

A INTBAU Portugal

Uma força global para a defesa dos valores tradicionais na Arquitetura e na Construção

José Baganha | Arquiteto, Presidente da Direção da INTBAU Portugal | intbau.pt@gmail.com

A INTBAU (International Network for Traditional Building, Architecture & Urbanism) é uma instituição internacional não-governamental sem fins lucrativos que trabalha sob o patrocínio de seu fundador, HRH o Príncipe de Gales, para promover a construção, a arquitetura e o urbanismo tradicionais.

Os cerca de 5 500 membros da INTBAU são uma força global que contribui para a salvaguarda do Património construído e para a continuidade dos valores tradicionais na arquitetura, na construção e na promoção do desenho urbano tradicional. Foram formados 27 ramos nacionais: no Afeganistão, na Albânia, na Austrália, no Canadá, em Cuba, em Chipre, na República Checa, no Egito, na Estónia, na Alemanha, na Índia, no Irão, na Irlanda, na Itália, em Montenegro, nos Países Baixos, na Nigéria, nas Filipinas, na Polónia, em Portugal, na Roménia, na Rússia, na Escandinávia, em Espanha, no Reino Unido e nos EUA. Estes vários ramos ou delegações trabalham para desenvolver programas adaptados às necessidades locais em todos os continentes.

Somos uma organização mundial dedicada ao apoio à construção tradicional, à manutenção do carácter local e à preservação e criação de melhores lugares para viver. Estamos a criar uma rede ativa de indivíduos e instituições que projetam, fazem, mantêm, estudam, ou apreciam a construção, a arquitetura e os lugares tradicionais.

Pela investigação e formação em arquitetura e urbanismo tradicionais, e em ofícios artesanais da construção, incentivamos as pessoas

a manter e restaurar edifícios tradicionais e a construir novos edifícios e locais que contribuam para ambientes mais saudáveis, e assim, melhorar a qualidade de vida nas cidades, vilas e aldeias em todo mundo.

O ICTP (International College of Traditional Practitioners) da INTBAU é um organismo profissional internacional de ponta, para profissionais do desenho urbano, da arquitetura e das artes de construção tradicionais com práticas de produção sustentada da mais alta qualidade ao longo de, pelo menos, cinco anos.

A adesão ao ICTP é limitada a profissionais de alto nível nas atividades académicas, profissionais, artísticas, comerciais, artesanais e práticas relacionadas com construção, arquitetura e urbanismo que contribuam e apoiem os objetivos da INTBAU.

Também recentemente, introduzimos uma categoria de adesão profissional para jovens praticantes que ainda não têm os cinco anos de experiência necessários para a adesão ao ICTP. A participação dos Jovens Profissionais da INTBAU – International Young Practitioners (IYP) – está aberta a indivíduos no início de carreira em arquitetura, desenho urbano ou artes de construção tradicionais.

1 | Reunião de Fundação da INTBAU Portugal em 4 de abril de 2014, em Lisboa.

2 | Escola de verão em Navarra, com o apoio da INTBAU.

3 | Assinatura do protocolo entre a INTBAU Portugal e a Ordem dos Arquitetos de Portugal, em 14 de novembro de 2016, em Londres.

4 | Petição a favor da reabilitação das “Barracas do Bolhão”, no Porto, liderada pela INTBAU Portugal. Render de Catarina Santos e Alexandre Gamelas.

INTBAU – Portugal

Desde a sua fundação em 2014 até agora, os seus membros desenvolveram várias iniciativas neste âmbito de ação. No ano anterior – de 2016 –, por exemplo, a INTBAU Portugal desenvolveu cooperação com parceiros especiais, tais como a Escola Superior Gallaecia (ESG), a Ordem dos Arquitetos (OA), a Fundação Serra Henriques (FSH) e a INTBAU Espanha, tendo organizado e participado em diversos eventos e conferências neste âmbito. Já este ano, e por ação da INTBAU Portugal, o prestigiado prémio espanhol Rafael Manzano é agora alargado aos arquitetos e ao território português, graças



1

ao apoio do Richard H. Driehaus Charitable Lead Trust, OA, FSH e INTBAU Espanha, que ajudaram com questões operacionais. Esta é uma excelente forma de conseguir reconhecimento público e começar a apoiar e a desenvolver outras atividades no nosso país.

A INTBAU Portugal apoia também uma petição pública para preservar os pavilhões do mercado tradicional do Bolhão, no Porto, tendo também participado em vários eventos nacionais.

O presidente – arquiteto José Baganha – representou a delegação de Portugal no Congresso Mundial da INTBAU, em Londres, em novembro de 2016, tendo nessa ocasião ratificado um protocolo de cooperação com a OA.

Em 2017, a INTBAU Portugal apoia e/ou participa, entre outros, nos seguintes projetos e eventos:

- 1.º Colóquio Ibérico de Paisagem – Lisboa, Portugal, 15 e 16 de março de 2017; “O desenho e estudo da paisagem como problema metodológico”, promovido pela Universidade Nova de Lisboa e associações profissionais nacionais, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa; <https://ciplisboa2017.wordpress.com>
- Curso de Verão de Arquitetura Tradicional/ Navarra 2017, de 17 a 30 de julho;
- II Encontro Ibérico INTBAU – Madrid, Espanha, 7 e 8 de novembro de 2017;
- 3D Past – Living and virtual visiting European World Heritage. Projeto de investigação financiado pelo programa Creative Europe, 2017-2019. ‘Locais de Património Vernacular na Europa’. Escola Superior Gallaecia; Università di Firenze; Universidade Politécnica de Valência. <http://esg.pt/3dpast>.

NAVARRA TRADITIONAL ARCHITECTURE SUMMER SCHOOL 2017

BAZTAN VALLEY JULY 17TH – 30TH 2017



2

3



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017
Intervenção de José Baganha
(INTBAU Portugal)

BOLHÃO UM ANO DEPOIS

Alexandre Gamelas | Arquiteto

Há um ano atrás lançámos a petição pública “Salvar os pavilhões do Mercado do Bolhão”. A petição referia-se ao atual projeto de reabilitação do mercado, promovido pela Câmara Municipal do Porto. Deste, não obstante a promoção como “solução propositadamente conservadora”, inferíamos uma transformação radical do pátio interior. É inegável que os pavilhões estão degradados. Todo o mercado foi deixado ao abandono durante décadas pelo poder local, que não conseguia decidir o que lhe fazer. Na petição explicamos porque é importante recuperar o interior do Bolhão, nomeadamente as barracas. Elas são pequenos tesouros da arquitetura revivalista do



4

início do século XX. Desenhadas individualmente, mas constituindo um todo uniforme, com pormenores simples, mas criativos e coerentes, de caixilharias, beirais, telhados, azulejos, respiradouros e até colunatas clássicas. São um pequeno legado de arquitetura Beaux Arts local, específico do Porto e, efetivamente, a alma do Bolhão enquanto experiência de mercado.



Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico Cultural de Santarém

A caminho de 40 anos de atividade

Eduardo Tavares | Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico Cultural de Santarém | geral@patrimonio-santarem.pt

Criada por escritura pública de 31 de março de 1978, a AEDPHCS foi a segunda associação de defesa do património criada em Portugal. A atividade do grupo de pessoas que lhe dá origem começa ainda antes, com a organização da Exposição “Santarém – A Cidade e os Homens”, realizada entre 29 de janeiro e 20 de fevereiro de 1977. Foi em muitos aspetos uma associação de vanguarda, mostrando novos caminhos e influenciando sobremaneira a área da defesa do património em Portugal. Mas, sujeita como tudo às leis do tempo e da vida, passou por um período de progressiva perda de importância e capacidade de intervenção, ditada por variados motivos. A atual direção, eleita em janeiro deste ano, faz questão, no entanto, em relevar sobretudo o facto de que as razões e responsabilidades, internas, e externas, que levaram às dificuldades da Associação são para ser assumidas coletivamente e apenas podem servir como ajuda para tentar melhor compreender o que sucedeu e planear um futuro. Para mais, parece-nos que os nossos problemas foram, e são, comuns a tantas outras associações congéneres, e particularizar ou fulanizar questões seria não ver o fundamental.

Com efeito, num relatório sobre a situação da Associação, apresentado em outubro de 2016, foi possível identificar **alguns dos elementos** que conduziram a Associação a uma situação difícil, de quase completo abandono:

“Um primeiro diz respeito aquele que é o normal desenrolar da vida de uma associação, não desta em particular, mas de todas. Há períodos de nascimento, crescimento, e por vezes morte, ou renascimento... há gerações que passam, que coexistem, que se afastam. A vida própria de uma associação é como as nossas próprias, tantas vezes inexplicável. Porque correm bem as coisas, porque correm mal? Talvez tenha faltado na Associação uma ligação entre os mais velhos e os mais novos, uma passagem de testemunhos que necessita tempo e dedicação.”

“Um outro aspeto é o da própria vida da cidade, que em tantos modos mudou. A vida diária da cidade cada vez mais afastada do seu centro, a população mais envelhecida, a degradação do tecido urbano: tudo isso terá tido o seu efeito na vida da Associação.”

A crise pela qual tem passado o movimento associativo em geral não pode ser esquecida...”

“Também institucionalmente, desde 1978, muito se alterou. O facto de passar a existir, dentro dos serviços da Câmara, em outros organismos do estado, e em outras associações da cidade, valências, capacidades e áreas de atuação sobrepostas/conflituantes, não pode deixar de ter efeito sobre a forma como a Associação é recebida e percebida no espaço público, com significativa alteração da sua importância relativa, quer na área

1 | Santarém. Ilustração de Pier Maria Baldi da Viagem de Cosme III de Medici a Portugal no século XVII.

puramente cívica, quer na área de intervenção técnica, quer até na área política. A capacidade de ser poder/contrapoder, a capacidade de ser parceiro, a capacidade de atuar, enfim, está substancialmente alterada.”

Nesse mesmo relatório identificámos também quais as tarefas principais a realizar. **A primeira e mais premente, a alteração de estatutos**, precedida de ampla participação e discussão, com sócios e convidados. Destacamos a necessidade de:

- Atualização dos objetivos: introdução do conceito de património imaterial, paisagem cultural, natureza, ambiente, etc., atendendo à Lei n.º 107/2001 e outra legislação relevante.
- Novas classes de sócios singulares (para integrar crianças e jovens).
- Aceitação como associados de entidades coletivas – comuns ou beneméritas, com definição das formas de representação e voto.

Lançámos neste ano três projetos (candidatos a financiamentos na Câmara Municipal de Santarém). Estes projetos correspondem às áreas cuja importância e premência considerámos fundamental no momento presente da Associação.

Projeto **Digitalização e arquivamento do espólio da AEDPHCS**, no sentido de criar um fundo com a documentação existente, que pela sua especial importância para a cidade e para o associativismo na área do património justifica especial cuidado, prevenindo a sua futura disponibilização à comunidade académica.

Projeto **Rede Freguesias e Património**, de ligação da Associação às freguesias rurais do concelho de Santarém, com a criação de uma rede de troca de informação e apoio na área do património, com recurso às próprias freguesias enquanto facilitadoras de logística básica, quando necessária, e voluntariado local.

Projeto **Encontro Educação e Património**, de encontro, coordenado com a CMS e com os Agrupamentos do Concelho de Santarém, e Estabelecimentos de Ensino Particular, com professores de todas as áreas relevantes para o Património, nomeadamente professores do ensino Básico, professores das

disciplinas de História, Geografia, Ciências da Natureza, Físico-Química, e Artes – com o objetivo de estabelecer relação e coordenação com as entidades que trabalham na área da educação na área do Concelho, auscultar as necessidades e propor formas de trabalho com o objetivo de fazer do tema Património um tema transversal a todos os níveis e áreas da educação.

Uma outra das dificuldades que identificámos na nossa Associação é a que respeita a custos fixos de funcionamento. A gestão dos sócios, com funcionário (a meio-tempo), a cobrança de quotas com percentagem para o cobrador, e a comunicação com os sócios, tiveram custos que absorviam uma parte substancial do valor cobrado em quotas. Água, luz e telefone, e a renda de uma sede de dimensão apreciável eram pesos demasiados para o que se conseguia recolher dos sócios, tornando a dependência de apoios autárquicos indispensável, mas conduzindo a uma ineludível dependência, que a todo o momento podia fragilizar a capacidade de intervir de forma independente. A necessidade premente de reduzir ao máximo estes custos, por um lado, e a importância de desmaterializar a nossa capacidade de intervenção, respondendo às novas formas de comunicação no espaço público, levaram-nos a apontar para a Internet. Abrimos um novo website, construído sobre uma plataforma open-source, Wordpress, com recurso a um plug-in de gestão de base de dados, gratuito, “Participants Database” – que permite a definição dos campos que se ache necessários, a criação de formulários de inscrição online e uma gestão simples da situação de cada sócio, com possibilidade de exportação de dados e tratamento em Excel. Iniciámos também o uso dos serviços de uma entidade de pagamentos, a EuPago, Lda., para emissão de referências de pagamento por multibanco, para pagamento de quotas e de donativos. Só há pagamento de comissões no caso de existir pagamento. Nos pagamentos por multibanco ficam por € 0,62 cada. Atendendo a que o sócio fica de imediato com um comprovativo de pagamento e que não são assim necessários mais procedimentos administrativos (apenas o registo do pagamento na base de dados), parece-nos uma solução económica e conveniente.

Uma das dificuldades que entrevemos no panorama atual do trabalho das associações é o de que as pessoas estão habituadas a um permanente estado de mediatização, de tudo... Nas redes sociais e nos jornais on-line há inúmeros canais onde as pessoas participam, muitas vezes de forma entusiástica, mas geralmente de forma superficial. Nesse sentido estamos a trabalhar, e a procurar outras associações interessadas, na criação de uma plataforma comum, em que os respetivos sócios possam participar de forma ativa na recolha de informação relevante na área do património. Nesta plataforma, fotos, textos, relatos, testemunhos pessoais, etc..., poderão ser registados **de forma coerente e contextualizada**, criando um fundo patrimonial comum, georreferenciado e sempre atualizado, que poderá ser a seu tempo uma espécie de **inventário permanente**, não apenas dos *objetos* do património, mas também do *estado* dos objetos. Esta seria uma tarefa da maior importância, em que a participação dos sócios, de todos os níveis etários seria valorizada, independentemente da formação de cada um, mais ou menos aprofundada. A consulta deste fundo patrimonial poderia ser pública, mas o acesso à colocação de registos seria limitado a associados. O apelo seria a um estatuto de associado ativo, participativo, envolvido. Um associado *protetor* do património, mas também *gerador* de informação sobre património. Tecnicamente esta plataforma não implica nenhuma grande dificuldade e o seu futuro dependerá mais do tipo de colaboração que se conseguir entre associações congéneres.

Está, pois, aberto, e em aberto, o futuro da Associação... faremos o nosso melhor para que em março de 2018 a AEDPHCS comemore condignamente os seus 40 anos de atividade, com a perspectiva de passagem às gerações mais novas de um imenso legado, e responsabilidade, no estudo e defesa do nosso património. ■

As Quatro Estações do Ano

Uma Instalação de Ferreira da Silva nas Caldas da Rainha

Isabel Xavier | Presidente da Associação Património Histórico PH – Grupo de Estudos | caldas.ph@gmail.com





Rua Vitorino Fróis,
Praça da Universidade, Pólo 1
2500 – 256 Caldas da Rainha



+351 964 425 410



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017

Intervenção de Isabel Xavier
(Património Histórico - Grupo de Estudos)



Um dos aspetos singulares desta obra é o de não possuir designação definitiva, visto ser também conhecida como “Mãe d’Água” e “Jardins da Água”; outro é o de o próprio autor não a ter considerado concluída. De facto, o conjunto edificado, que foi crescendo por diversas fases, como um organismo, desde a década de noventa do século XX (1993) aos primeiros anos do século XXI (2009), deveria ainda ser prolongado até ao Chafariz das Cinco Bicas, através de uma intervenção ao nível do solo, em calçada portuguesa, num padrão ondulado, alusivo à água e ao movimento que lhe é próprio. Além disso, foi deixado em branco um espaço parietal, para o qual Ferreira da Silva tinha previsto compor um painel em azulejo predominantemente azul, figurando o perfil de alguém cuja mão seguraria um compasso aberto e apontado à ténepora.

Tratou-se de uma encomenda do (então) Centro Hospitalar das Caldas da Rainha, entidade que administrava o Hospital da Cidade e o Hospital Termal e respetivo património, do qual faziam parte o Parque D. Carlos I e a Mata, bem como muitos outros edifícios e equipamentos urbanos de relevante significado patrimonial. Entretanto, o próprio Hospital Termal e grande parte desses equipamentos passaram para a gestão da Câmara Municipal (2015), ao contrário desta instalação que parece ter-se tornado “terra de ninguém”. Ou seja, embora esteja na posse do



**A “Mãe d’Água”
situa-se junto da mata
de onde provêm as
águas termais, razão
de ser da própria
cidade das Caldas da
Rainha, e desta obra
que as referencia. Está
ali como testemunho
contemporâneo,
renovado, dessa
realidade histórica.**



© João Martins Pereira

Estado Central, localmente ninguém parece ser responsável pelo seu estado, que já vai sendo de visível degradação.

A instalação “Mãe d’Água” conjuga vestígios materiais deixados pelo passado – do antigo aqueduto existente na zona, mandado construir por D. João V – e novas intervenções marcadamente contemporâneas, formando um conjunto especificamente dedicado ao contexto em que se localiza, cuja história lhe confere sentido e razão de ser, ao mesmo tempo que a intervenção contemporânea atualiza e reinterpreta o seu significado.

Trata-se de uma obra de arte de contexto, entendendo contexto como o conjunto de circunstâncias, de características do lugar, muitas delas não visíveis, às quais é dado corpo, sem perder a noção de que é o trabalho artístico que cria a realidade operativa em que se inscreve. O que em muito acrescenta a respetiva autonomia e capacidade de criação do novo, numa perspetiva de paisagem integral.

A “Mãe d’Água” situa-se junto da mata de onde provêm as águas termais, razão de ser da própria cidade das Caldas da Rainha, e desta obra que as referencia. Está ali como testemunho contemporâneo, renovado, dessa realidade histórica. Na sua parte mais visível, a obra é constituída por três lagos de água, em diferentes planos, para os quais jorram as bicas do antigo aqueduto que, pela vetustez que o



O conjunto escultórico resultante da justaposição dos vários elementos constitutivos desta peça de arte urbana define um percurso a percorrer pelos visitantes. Essa é outra característica marcadamente contemporânea da referida obra, que a aproxima da chamada arte relacional, ou seja, da arte que pretende estabelecer interação com o público, de tal modo que só a presença deste a completa.



tempo lhes conferiu, contrastam com a leveza e o colorido do conjunto edificado na atualidade, de que se destacam, verticais, os “mastros” erguidos ao céu, assimétricos, revestidos de azulejos de padrões e cores desencontrados e marcados pela diversidade. Determinam um outro movimento próprio, complementar do das águas correntes, alusivo à erupção causada por Tífon (segundo testemunho do próprio autor da obra), deus da mitologia grega que rasgou o ventre materno (da Terra) a fim de nascer. Daí a assimetria algo caótica, vertical, mas em plano inclinado, com que esses mastros irrompem do chão, em direção ao alto.

É esta obra que estabelece a relação entre os edifícios termais e o do hospital, de construção mais recente, preenchendo um espaço deixado vazio e tornando visível o conjunto que constituem. A rainha Leonor é aqui personagem matricial, figurada por um rosto inscrito no chão da zona por onde se iniciou a construção, situada entre as traseiras do palácio real (Museu do Hospital e das Caldas) e o edifício da administração do hospital, zona ajardinada, mais reservada, menos urbana, menos exposta ao olhar de quem vislumbra a peça a partir do parque de estacionamento que (infelizmente) a separa do Chafariz das Cinco Bicas.

É um rosto circular, como os círculos em ferro preenchidos de elementos evocativos das quatro estações do ano, ou as formas cilíndricas de diferentes tamanhos que, assimetricamente, pontuam toda a intervenção. É um rosto que ao mesmo tempo se demarca e se confunde com o chão em que está inscrito, distinguindo-se da variedade de cores que impera nos restantes componentes da

instalação, pelos tons ocres mais condizentes com o revestimento cerâmico do chão em cores de tijoleira. Em seu redor inscreve-se o nome “Leonor” e a expressão poética: “até ao fim do mundo”, retirada do poema de Fernando Pessoa dedicado ao Infante D. Henrique, da *Mensagem*, talvez em alusão ao compromisso da rainha com o hospital de que é fundadora.

O conjunto escultórico resultante da justaposição dos vários elementos constitutivos desta peça de arte urbana define um percurso a percorrer pelos visitantes. Essa é outra característica marcadamente contemporânea da referida obra, que a aproxima da chamada arte relacional, ou seja, da arte que pretende estabelecer interação com o público, de tal modo que só a presença deste a completa. Escadas sobem e descem, num constante e insistente convite ao público para que percorra os percursos definidos por elas e pelas passagens por entre os lagos que evoluem em diferentes planos. Há ainda uma escada em ferro, por detrás da instalação, na direção do edifício conhecido como “das lavandarias”, integrando na peça a parede resultante do desnível entre essa zona e as “Quatro Estações”. Preenchida de cor, com desenhos de sol, nessa parede transformada em painel pode ler-se a seguinte inscrição: “É o sol que peca quando em vez de criar seca”, adaptada de um poema do *Cancioneiro* de Fernando Pessoa.

Há qualquer coisa de cenográfico nesta instalação, como se constituísse um palco. Impressão que é acentuada pela existência de uma varanda e dois varandins, a que não faltam sequer as balastradas de ferro, num

convite à representação e à participação do público visitante. O fundo do “palco” é preenchido pelas esculturas em ferro que se erguem entre paredes revestidas de azulejos, evocando as quatro estações, em formas circulares. Mais atrás, um novo “pano de fundo” é definido pelo arvoredo da mata, num enquadramento que as transparências criadas pelos aros metálicos das esculturas das *Quatro Estações* acentuam, conferindo-lhe nova vida e significado, como que integrando o verde na própria peça. A circularidade é a forma que impera sempre, até mesmo no modo como estão colocados os azulejos em redor das esculturas em ferro, numa invocação eminentemente solar. A certa altura da respetiva construção, Ferreira da Silva pensou dedicar esta peça a Gil Vicente, dramaturgo de quem D. Leonor era mecenas, autor do *Auto de S. Martinho*, escrito a pensar na rainha e na obra de benevolência que realizou nas Caldas.

Outra marca de contemporaneidade é dada pela inclusão de uma fita de texto que evolui em volta dos lagos de água, inscrição evocativa das águas, cujos caracteres variam de tipo e nem sempre são fáceis de decifrar. Trazidas da *Ode Marítima* de Álvaro de Campos, heterónimo de Fernando Pessoa, as palavras tratam de um outro modo, literário, complementar, o referente da obra: as águas.

Do todo escultórico que a instalação Mãe d’Água constitui, da estética essencialmente contemporânea que a caracteriza, desprende-se uma certa imagem totémica, particularmente bem conseguida no conjunto de elementos que emergem do terceiro lago, num plano um pouco mais elevado e mais próximo da mata.



© João Martins Pereira



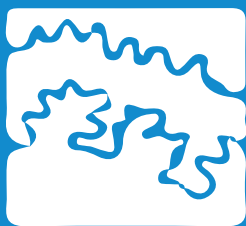
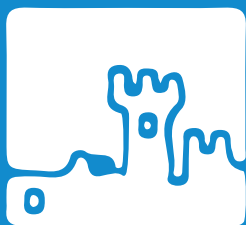
© João Martins Pereira

O que constitui outra marca de contemporaneidade. A zona assim definida, de construção mais recente, evidencia profunda afinidade com as formas construídas por Ferreira da Silva na intervenção intitulada “Mito e Inquietação: Leda e o Cisne”, em Reguengos de Monsaraz, em 2002. Da residência artística que desenvolveu, entre maio e julho desse ano, nas tradicionais olarias da região, resultou uma experiência particularmente inspirada e inspiradora, dando corpo a um caso particularmente interessante de revitalização das formas tradicionais através da sua recomposição contemporânea, ao mesmo tempo que conferia uma nova dinâmica ao espaço público dessa vila alentejana. De carácter temporário no contexto que lhes deu origem, essas formas permanecem na intervenção que Ferreira da Silva levou a efeito na fase final das “Quatro Estações”, nas Caldas da Rainha.

Nessa mesma zona, ao nível do solo, várias elevações de relevo irregular ondulam, coloridas, acentuando uma outra afinidade desta peça de arte urbana, desta vez com a “Sagrada Família” de Gaudí – também nunca completa, nunca pronta – e, de modo geral, com Barcelona. De facto, o revestimento desses relevos em pequenos “seixos” coloridos sugere-nos de imediato a cidade catalã e o padrão que lhe é característico, profusamente reproduzido nos artefactos para consumo turístico.

Resta dizer que tão significativa obra, em cerâmica, mas rompendo esteticamente com a expressão tradicional do meio cerâmico caldense, aliando à cerâmica o vidro e o ferro, numa mestria técnica notável, revisitando de forma contemporânea a fundação termal da cidade, conferindo expressão atual ao tema

das águas, está votada ao abandono. Falta-lhe a água de que (também) é feita, morre literalmente de sede. Tal situação deve-se, alegadamente, ao facto de as águas estarem a contaminar por via aérea um dos furos das águas termais. Mas se houvesse a desejável higienização das águas, como acontece noutros equipamentos, esse problema não se colocaria. É como se não quiséssemos viver no nosso tempo e nos eximissemos de deixar uma marca contemporânea na paisagem urbana da cidade. ■



PATRIMÓNIO HISTÓRICO

A ASSOCIAÇÃO **PATRIMÓNIO HISTÓRICO PH – GRUPO DE ESTUDOS**, COM SEDE NAS CALDAS DA RAINHA, INICIOU A SUA ATIVIDADE EM 1990 COMO UNIDADE DE PRODUÇÃO CULTURAL DA CASA DA CULTURA E ADQUIRIU ESTATUTO JURÍDICO AUTÓNOMO EM 1993. TEM-SE DEDICADO À PROMOÇÃO, VALORIZAÇÃO E DEFESA DO PATRIMÓNIO, BEM COMO AO SEU ESTUDO RIGOROSO, NA REGIÃO EM QUE SE INSERE. APÓS QUASE TRINTA ANOS DE ATIVIDADE, E COM MAIS DE TRINTA TÍTULOS PUBLICADOS, A ASSOCIAÇÃO POSSUI UM CONJUNTO DE ESPÓLIOS, COM DESTAQUE PARA OS DO DR. FERNANDO CORREIA E DO FOTÓGRAFO JOSÉ NETO PEREIRA.

PRESENTEMENTE, TEM-SE DEDICADO À CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO **CENTRO DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO DE CERÂMICA CALDENSE CONTEMPORÂNEA FERREIRA DA SILVA**, QUE INTEGRA O PROJETO **CALDAS CIDADE CERÂMICA**, PROMOVIDO PELA CÂMARA MUNICIPAL, COMISSARIADO POR JOÃO B. SERRA. NESTE ÂMBITO, FORAM RECENTEMENTE PUBLICADOS DOIS LIVROS DA RESPONSABILIDADE DIRETA DA ASSOCIAÇÃO: **CERÂMICA DAS CALDAS NO SÉCULO XX UMA CRONOLOGIA**; **FERREIRA DA SILVA OBRA EM ESPAÇO PÚBLICO**.

A Educação para o Património como aprendizagem ao longo da vida

A experiência da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna

Vanda Anastácio | Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, Universidade de Lisboa | vandaanastacio@mail.telepac.pt

A Fundação das Casas de Fronteira e Alorna foi fundada há trinta anos por iniciativa de Dom Fernando Mascarenhas, herdeiro de um considerável património, cujo elemento mais conhecido é o complexo arquitectónico e ambiental constituído pelo Palácio Fronteira, um palácio do século XVII classificado como monumento nacional, os seus jardins e a mata adjacente. A instituição da Fundação resultou de um acto de generosidade, que correspondeu ao reconhecimento da dimensão cívica que a posse de monumentos de elevado valor patrimonial acarreta consigo. Foi nesse espírito que Dom Fernando Mascarenhas quis colocar o património herdado da família ao alcance de todos.





Largo São Domingos
de Benfica, 1
1500-554 Lisboa



+351 21 778 45 99



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017
Intervenção de Vanda Anastácio
(Fundação das Casas de Fronteira e Alorna)

“

O trabalho desenvolvido obedece a uma preocupação formativa, de sensibilização do público para a importância do Património enquanto forma de reconhecimento identitário e de espaço de aprendizagem comum de valores transversais para a construção da cidadania.

”

1 | A fachada nascente do Palácio.

© Fernando Mascarenhas

2 | O Terraço das Artes.

© Jorge Maio

3 | O jardim formal.

© Jorge Maio

U

m olhar aos Estatutos inicialmente gizados para a Fundação permite verificar que o seu fundador pretendeu assegurar a continuidade e a sustentabilidade de um projecto que extravasa a simples vontade de conservação de um monumento nacional, o que é um aspecto importante a ter em conta, dado que esse monumento inclui a maior colecção de azulejos portugueses dos séculos XVII e XVIII preservada *in situ* e que a sua conservação é, só por si, uma árdua e dispendiosa tarefa.

Mas a Fundação das Casas de Fronteira e Alorna tem uma missão mais ampla, que abrange a promoção do Património em sentido amplo, material e imaterial, local, nacional e mundial, em todas as suas vertentes, ainda que privilegiando as Artes e as Humanidades e com uma atenção particular à investigação de temas ligados à História e às Artes Decorativas relacionadas com seu património edificado.

Depois do falecimento do seu instituidor, em Novembro de 2014, foi necessário ajustar a estratégia de actuação no terreno da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna de forma a garantir-lhe a continuidade e a sustentabilidade. A questão de saber como continuar sem a figura carismática (e até mediática) de Dom Fernando Mascarenhas à frente da Fundação foi respondida pelo novo Presidente do Conselho Directivo da mesma, Dom José Mascarenhas, com a implementação e a institucionalização do trabalho cujas bases haviam sido anteriormente lançadas. As linhas de actuação assim delineadas têm-se revelado agregadoras, sem desvios da missão da Fundação, com uma forte aposta no apoio mecenático a entidades

que se dedicam à formação artística e humanística – áreas ultimamente muito descuradas pelos poderes públicos e pelas agências de fomento estatais –, na racionalização da oferta cultural, e na sua divulgação junto de públicos muito diversificados.

Note-se que o facto de se tratar de uma Fundação de cunho familiar, que tem a sua sede num edifício que é uma Casa-Museu habitada, permite tratar com especial atenção quer os visitantes, quer os formadores e agentes que procuram, nos seus vários campos de acção, promover o ensino, a fruição e o conhecimento das Artes, das Letras, da Música, da História, da Arquitectura e do Paisagismo.

O trabalho desenvolvido obedece a uma preocupação formativa, de sensibilização do público para a importância do Património enquanto forma de reconhecimento identitário e de espaço de aprendizagem comum de valores transversais para a construção da cidadania. Nesse sentido, e mantendo a intenção do seu instituidor, a Fundação tem apoiado indivíduos, grupos e instituições vocacionadas para a preservação do património material e imaterial. Estes apoios – que correspondem à ideia de que é fundamental apostar nos agentes que contribuem para manter viva a cultura – traduzem-se em parcerias de natureza diversificada com entidades que actuam em áreas e em escalas variáveis: artistas individuais, profissionais de conservação e restauro, professores e investigadores, editoras, mas também universidades, institutos politécnicos e centros de investigação, escolas vocacionadas para o ensino artístico, juntas de freguesia, e micro-associações de defesa do património.



4

4 | Fachada nascente e jardim por entre a moldura da “Ocasão” ao cimo da Galeria dos Reis.

© Jorge Maio

“

O estabelecimento de parcerias com organizações que trabalham em pequena e em média escala para a prossecução dos mesmos fins tem-se revelado uma mais-valia com benefícios inegáveis para todos os envolvidos.

”

O estabelecimento de parcerias com organizações que trabalham em pequena e em média escala para a prossecução dos mesmos fins tem-se revelado uma mais-valia com benefícios inegáveis para todos os envolvidos. Neste contexto, é fundamental sublinhar o apoio que tem sido dado pelo Presidente do Conselho Directivo da Fundação e pelo seu Conselho Consultivo Cultural à actuação do Gabinete Cultural criado pelo instituidor da Fundação, que continua a assegurar a oferta de uma programação contínua de actividades culturais que incluem uma dimensão pedagógica, em sentido amplo.

O desenho destas actividades – desenvolvidas muitas vezes, como ficou dito, em parceria com agentes educativos – aposta na diversificação e reinvenção contínua de formatos, numa lógica de *informar distraindo*, que tem em vista a formação e a atracção para a causa do Património de públicos adultos de diferentes idades e diferentes níveis de instrução. Dados os relativamente baixos níveis de literacia cultural da generalidade da população portuguesa, essa componente formativa facultada *de modo informal e aberto* pela Fundação das Casas de Fronteira e Alorna corresponde a uma necessidade real de criação de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, e pretende ser um contributo para a construção da consciência cívica e da valorização do Património como factores de desenvolvimento e de coesão social. ■

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

FUNDAÇÃO DAS CASAS DE FRONTEIRA E ALORNA

A fundação é uma Instituição Privada sem fins lucrativos, de utilidade pública (DR II série n.º 37 14/2/1991), que tem os seguintes fins, por ordem de prioridades: a) cuidar do seu património material; b) cultivar o seu património cultural; c) promover a investigação, a criação artística e a formação cultural. Tem sede no Palácio Fronteira uma Quinta de Recreio do século XVII que se preserva de forma muito próxima do seu desenho original e contém a maior colecção de azulejos originais *in situ*, que se conhece.

COMUNIDADE DE LEITORES

1ª QUARTA-FEIRA DO MÊS | 19H00

A Fundação das Casas de Fronteira e Alorna acolhe a Comunidade de Leitores mais antiga da cidade de Lisboa. O grupo de leitores reúne uma vez por mês, à quarta-feira, às 19h00, para conversar sobre obras previamente propostas. A entrada é livre, pelo que, além dos leitores habituais, sempre há leitores ocasionais que se juntam ao grupo movidos pelo interesse por determinado livro ou autor. A Fundação promove ainda a criação e dinamização de comunidades de leitores juvenis, destinadas a alunos do Ensino Secundário, com o apoio do Plano Nacional de Leitura.

setembro

outubro

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua							
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18

14 a 16 de setembro 2017
SOStierra2017 – International Conference
on Vernacular Earthen Architecture,
Conservation and Sustainability
*Escuela Técnica Superior de Arquitectura
de la Universitat Politècnica de València*

11 de outubro 2017
Conferência “A importância da cartografia
histórica para os estudos de forma urbana:
os casos de Lisboa e Porto”
*Sala do Conselho da União de
Associações do Comércio e Serviços,
Rua Castilho, 14, Lisboa*

27 de setembro 2017
Conferência “Os riscos de ser o “cais da europa”: Lisboa e
as redes internacionais de cooperação policial, c.1890-1940”
*Sala do Conselho da União de Associações do Comércio
e Serviços, Rua Castilho, 14, Lisboa*

14 a 16 de setembro 2017

SOSTierra2017 – International Conference on Vernacular Earthen Architecture, Conservation and Sustainability
Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la Universitat Politècnica de València

11 de outubro 2017

Conferência “A importância da cartografia histórica para os estudos de forma urbana: os casos de Lisboa e Porto”
Sala do Conselho da União de Associações do Comércio e Serviços, Rua Castilho, 14, Lisboa

27 de setembro 2017

Conferência “Os riscos de ser o “cais da europa”: Lisboa e as redes internacionais de cooperação policial, c.1890-1940”
Sala do Conselho da União de Associações do Comércio e Serviços, Rua Castilho, 14, Lisboa

SOSTierra2017 – International Conference on Vernacular Earthen Architecture, Conservation and Sustainability
Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la Universitat Politècnica de València

Organizada no âmbito do projeto SOSTierra2017, fundado pelo Ministério de Economía y Competitividad espanhol, o congresso inclui os eventos ResTAPIA 2017 - III Congreso de Restauración de Arquitectura de Tapia e VerSus 2017 - III Congreso sobre las Lecciones de la Arquitectura Vernácula para la Sostenibilidad.

Conferência “Os riscos de ser o “cais da europa”: Lisboa e as redes internacionais de cooperação policial, c. 1890-1940”

Sala do Conselho da União de Associações do Comércio e Serviços, Rua Castilho, 14, Lisboa

Conferência por Gonçalo Gonçalves (CIES - Instituto Universitário de Lisboa), integrada no ciclo de conferências mensais “Novos Estudos & Novos Olhares sobre a cidade: Lisboa do Terramoto à Revolução de Abril”, que pretende renovar o contínuo olhar sobre a cidade, apresentando e discutindo trabalhos, textos, projetos que têm Lisboa como cenário e como atriz. E são estas duas visões que enquadram os estudos que fazem parte deste ciclo de conferências: por um lado, caraterizar a vivência quotidiana, a sociabilidade e as dinâmicas culturais, sociais ou políticas daqueles que viveram ou passaram pela cidade; por outro lado, analisar o seu espaço físico, o seu pulsar urbano, as suas transformações. Estes dois olhares, porém, não se querem fixos numa determinada época, antes se estendem num arco de mais de dois séculos, procurando abarcar a História de Lisboa do século XVIII ao século XX.

Conferência “A importância da cartografia histórica para os estudos de forma urbana: os casos de Lisboa e Porto”

Sala do Conselho da União de Associações do Comércio e Serviços, Rua Castilho, 14, Lisboa

Conferência por Vítor Oliveira (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto), integrada no ciclo de conferências mensais “Novos Estudos & Novos Olhares sobre a cidade: Lisboa do Terramoto à Revolução de Abril”, que pretende renovar o contínuo olhar sobre a cidade, apresentando e discutindo trabalhos, textos, projetos que têm Lisboa como cenário ou Lisboa como atriz. E são estas duas visões que enquadram os estudos que fazem parte deste ciclo de conferências: por um lado, caraterizar a vivência quotidiana, a sociabilidade e as dinâmicas culturais, sociais ou políticas daqueles que viveram ou passaram pela cidade; por outro lado, analisar o seu espaço físico, o seu pulsar urbano, as suas transformações. Estes dois olhares, porém, não se querem fixos numa determinada época, antes se estendem num arco de mais de dois séculos, procurando abarcar a História de Lisboa do século XVIII ao século XX.

Informações:

sostierra2017.blogs.upv.es
sostierra2017@gmail.com

Informações:

<http://novosolharesnovos estudos.blogspot.pt>
ihc@fcsh.unl.pt

Informações:

<http://novosolharesnovos estudos.blogspot.pt>
ihc@fcsh.unl.pt

Fórum do Património 2017 inicia a divulgação da Declaração Final em audiências com órgãos do governo e comissões parlamentares

Nas audiências havidas foram destacados os riscos da descentralização em curso, as disfuncionalidades causadas pela excessiva pressão do turismo e da especulação imobiliária sobre os centros e edifícios históricos, e a necessidade de uma revisão profunda do ordenamento jurídico do setor da construção face ao atual enfoque na reabilitação urbana.

A iniciativa **Fórum do Património 2017** reuniu em abril passado na Sociedade de Geografia de Lisboa, trinta e quatro Organizações Não Governamentais (ONG) vocacionadas para a defesa do Património Cultural Construído.

No fim do encontro foi aprovada uma Declaração Final onde as ONG subscritoras se comprometem a juntar esforços para promover um conjunto de ações em defesa do Património Cultural, em particular na sua vertente construída, desde a pequena à grande escala: casas antigas, nobres e senhoriais, construções industriais históricas, aldeias tradicionais, bairros e centros históricos e paisagens culturais.

Mercê da adesão de algumas ONG do Património que não participaram no encontro de abril, a Declaração Final é atualmente subscrita por trinta e sete destas entidades, na sua maioria associações, representando mais de cinco mil cidadãos de todo o País, empenhados na defesa do Património Cultural Construído. Cientes das responsabilidades e da legitimidade que lhe confere este documento, e também dando seguimento ao apelo feito na sessão de abertura do Fórum, pelo Senhor Ministro da Cultura, Luís Filipe de Castro Mendes, solicitando “*contributos importantes para encontrarmos soluções que corrijam as assimetrias e as disfuncionalidades*”, a Comissão Organizadora está empenhada na sua ampla divulgação, a começar pelas comissões parlamentares e órgãos do executivo mais diretamente envolvidos, cuja participação nas ações a promover é indispensável.

Em julho, os representantes das associações promotoras do Fórum e do ICOMOS Portugal foram recebidos na Direção-Geral do Património Cultural, no Ministério da Cultura e na Assembleia da República. Nesta última, as associações organizadoras do FP’17 foram recebidas pelos deputados que constituem a Comissão para o Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, cujas atribuições e competências na esfera legislativa mais diretamente se relacionam com os objetivos elencados pelas ONG. Nas reuniões havidas foram destacados alguns dos problemas que, nesta altura, afetam a boa gestão daquele Património, desde a atual carência de recursos dos organismos estatais responsáveis pela gestão do Património, até aos riscos da descentralização em curso, passando pelos impactos da pressão turística e da especulação imobiliária sobre os centros e edifícios históricos e o ordenamento jurídico do setor da construção.

O Fórum de Património, que se encontra, ele próprio, em processo e formalização estatutária, propõe-se utilizar a força e legitimidade que lhe advém da sua extensa e bem estruturada base de apoio, para promover as mudanças que se impõem na forma como o Património Cultural Construído tem vindo a ser gerido, de modo a assegurar a sua salvaguarda e utilização sustentável, e constituir uma alternativa credível à abordagem demasiado economicista e de curto prazo, suscitada pela atual situação do País.

Para conseguir os seus objetivos de modo eficaz e durável, o Fórum espera poder influenciar, junto do governo e do parlamento, a produção legislativa com relevância para o Património Cultural Construído.

A série de audiências com os órgãos de soberania continuará em breve com audiências da Comissão parlamentar da Cultura, Juventude e Desportos e com as Direções Regionais de Cultura, entre outras entidades interessadas.

A reabilitação urbana e o aumento do risco sísmico

As simplificações introduzidas em 2014 através do regime excecional de reabilitação urbana, a permissividade no licenciamento municipal e o recurso a pareceres, relatórios técnicos e termos de responsabilidade de duvidosa fiabilidade, facilitam a proliferação de intervenções de reabilitação que não só desvalorizam o património cultural construído, nomeadamente os centros e bairros históricos, como põem em causa a segurança estrutural do edificado.

A segurança estrutural é particularmente importante no caso dos edifícios de centros e bairros históricos situados nas zonas do País de maior risco sísmico, ou seja, zonas sujeitas a perdas espectáveis no futuro devidas a eventos sísmicos. Nessas zonas, a reabilitação, que se traduz sempre num aumento da exposição de pessoas e/ou bens ao risco sísmico, é acompanhada duma perceção de segurança que é ilusória devido ao facilitismo vigente, com a agravante da própria vulnerabilidade sísmica dos edifícios ser frequentemente aumentada.

Esta “reabilitação fake” está a gerar um ónus de dimensão incalculável para as autarquias envolvidas, que são as responsáveis últimas pela segurança do edificado.

Esta é uma questão de grande pertinência, se se pensar nas indemnizações que vão ser pagas pelo Estado a propósito de incêndios como o de Pedrógão Grande. A abordagem deste sinistro aplica-se em moldes idênticos no caso dum sismo catastrófico como o de 1755, com a diferença de que o valor das indemnizações previsíveis será da ordem das dezenas de milhares de milhões de euros. Este ónus continua a crescer, à medida que mais e mais edifícios vão sendo reabilitados “à trouxe-mouxe” e vendidos, em muitos casos a estrangeiros, e é agravado pela recente decisão de câmaras como a de Lisboa passarem a cobrar aos proprietários dos imóveis uma Taxa de Proteção Civil.

Nova direcção do GECORPA toma posse

Na sequência da realização da Assembleia-Geral no dia 24 de maio de 2017, em que foram eleitos os novos corpos sociais do GECORPA – Grémio do Património, teve lugar a tomada de posse pública da nova direcção do GECORPA no passado dia 7 de julho de 2017.

A principal alteração em relação à anterior equipa dirigente resulta da substituição, na presidência da Direcção, de Vítor Cóias por Vasco Peixoto de Freitas, mantendo-se em funções os dois vogais, Filipe Ferreira e José Borges. Abaixo segue a atual constituição dos corpos sociais do GECORPA – Grémio do Património:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Vítor Cóias, representante da Gestip – Gestão Imobiliária e de Participações, Lda.

Vice-presidente: Carlos Mesquita, representante da Oz – Diagnóstico, Levantamento e Controlo de Qualidade em Estruturas e Fundações, Lda.

Secretário: Manuel Tender, associado individual

Direcção

Presidente: Vasco Peixoto de Freitas, representante da Professor Engenheiro Vasco Peixoto de Freitas, Lda.

Vogal: Filipe Ferreira, representante da AOF – Augusto de Oliveira Ferreira & C.ª, Lda.

Vogal: José Borges, representante da Construções Borges & Cantante, Lda.

Conselho Fiscal

Presidente: Miguel Monteiro, representante da 3M2P, Lda.

Vogal: João Jacinto, representante da Monumenta – Reabilitação do Edificado e Conservação do Património, Lda.

Vogal: João Graça, representante da STB – Reabilitação do Património Edificado, Lda.

Vogal Suplente: Lurdes Belgas, associada individual

A mudança resultante da substituição na presidência da Direcção impunha-se sobretudo pelo facto do presidente em funções já não exercer actividade empresarial no setor da reabilitação do edificado e da conservação



do Património, e também por, decorridos vinte anos sobre o lançamento do projeto associativo, ser a todos os títulos desejável um rejuvenescimento da liderança de topo.

A renovação traduzida pela presente eleição é, no entanto, feita sob o signo da continuidade relativamente às grandes linhas de orientação do GECORPA, como resulta do Plano

de Atividades que foi apresentado pelo presidente-eleito e do próprio facto da maior parte dos membros da nova equipa dirigente da associação já fazer parte da anterior. Vítor Cóias continua nos corpos sociais da associação, agora como presidente da mesa da AG.

A equipa da *Pedra & Cal* felicita a nova direcção.

GRUPO I

Projeto, fiscalização e consultoria



Consultoria em reabilitação do património edificado. Inspeção e diagnóstico. Avaliação de segurança estrutural e sísmica. Modelação numérica avançada. Projeto de reabilitação e reforço. Monitorização.



Gestão imobiliária e de participações, Lda.



Juntas de dilatação de edifícios, rodoviárias e ferroviárias, pregagens Cintec, proteção sísmica, químicos para construção, aparelhos de apoio, pré-esforço, reabilitação de estruturas, proteção contra explosões, barreiras acústicas, nanopartículas para a construção.

GRUPO II

Levantamentos, inspeções e ensaios



Levantamentos. Inspeções e ensaios não destrutivos. Estudo e diagnóstico.

GRUPO III

Execução dos trabalhos. Empreiteiros e Subempreiteiros



Conservação e restauro do património arquitetónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitetónico e construções antigas.



Engenharia e construção.



Conservação e restauro do património arquitetónico. Conservação e reabilitação de construções antigas.



Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Cantarias e alvenarias. Pinturas e carpintarias. Conservação e restauro de património artístico.



Construções Borges & Cantante, Lda

Construção de edifícios. Conservação e reabilitação de construções antigas.



Estudo e valorização do património histórico móvel e imóvel. Projetos de reabilitação e de conservação e restauro. Consultoria sobre o património cultural e controle técnico de obras. Levantamentos técnicos do património construído, estudo e diagnóstico de anomalias para projetos de conservação e restauro. Recuperação do património arquitetónico e arqueológico. Intervenção de conservação e restauro do património histórico integrado, móvel e imóvel.



Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Conservação de cantarias e alvenarias.



Engenharia, construção e reabilitação.



Consultoria e projeto: reabilitação de edifícios; comportamento higrotérmico; comportamento acústico; estudo de patologias; coordenação de projeto



Projeto de conservação e restauro do património arquitetónico. Conservação e restauro do património arquitetónico. Azulejos; cantarias (limpeza e tratamento); dourados; esculturas de pedra; pinturas decorativas; rebocos e estuques; talha.



Reparação e reforço de estruturas. Reabilitação de edifícios. Inspeção técnica de edifícios e estruturas. Instalação de juntas. Pintura e revestimentos industriais.

GRUPO IV

Fabrico e/ou distribuição de produtos e materiais



Investigação, desenvolvimento e comercialização de produtos para a reabilitação e recuperação do património edificado.



Fabricante de reforços de estruturas em betão armado e alvejaras com compósitos de fibras. Reforço de pavimentos rodoviários, aeroportuários e portuários com malhas de fibra de carbono e vidro.



Produção e comercialização de produtos e materiais para o património arquitetónico e construções antigas.

CON CRE TA

reabilitação,
construção,
arquitetura
e design

ufi
Approved
Event

23 — 26
Nov. 2017

exponor

EXPONOR
FEIRA INTERNACIONAL DO PORTO

AEP

concreta.exponor.pt

Commissary



Proud Partners



Official Transport



Main Partners



Media Partners





GECORPA GRÉMIO DO PATRIMÓNIO

Instituição de utilidade pública

(despacho n.º 14926/2014 do D.R. 238/2014, 2.ª Série, de 2014-12-10)

O GECORPA – Grémio do Património é uma associação de empresas e profissionais especializados na conceção, projeto e execução de intervenções na área da reabilitação do edificado e da conservação do património.

O GECORPA – Grémio do Património agrega também outras entidades, públicas ou privadas, e simples cidadãos interessados.

Decorridos mais de 15 anos sobre a sua fundação, os **grandes objetivos** do Grémio mantêm uma total – se não acrescida – justificação e atualidade:

Promover a reabilitação do edificado e da infra-estrutura, a valorização dos centros históricos, das aldeias tradicionais e do Património, como alternativa à construção nova, concorrendo, deste modo, para o desenvolvimento sustentável do País;

Zelar pela qualidade das intervenções de reabilitação do edificado e do Património, através da divulgação das boas práticas e da formação especializada, promovendo a qualificação dos recursos humanos e das empresas deste setor e defendendo os seus interesses;

Contribuir para a melhoria do ordenamento e da regulação do setor da construção e para a mudança do seu papel na economia e na sociedade.



Conferência “Baixa Pombalina a Património Mundial: Ainda é Possível?”



Visita “Estaleiro Aberto” à sede da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitetos



Sessão de informação e debate “O Património Cultural e a Descentralização”



Fórum do Património 2017, em Lisboa

A excelência é um objetivo a perseguir em todas as intervenções de conservação e restauro do património edificado.